Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	е
consolidadas	1
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Bombril S.A.** São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bombril S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Bombril S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade/, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R\$40.847 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo total da Companhia excedeu o ativo total em R\$285.117 mil. Esses eventos e condições e o histórico de prejuízos operacionais indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Processos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa 21. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para cobrir as perdas prováveis requerem julgamento por parte da Administração da Companhia, que conta com o suporte das opiniões dos seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia que são base para exercer esse julgamento ou em fatores externos, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e trabalhistas, podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.



Principais assuntos de auditoria--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019, os processos tributários, cíveis e trabalhistas com prognóstico de perda provável e possível totalizam R\$4.728.106 mil (R\$4.740.499 mil no consolidado), sendo que, desse total, R\$83.388 mil (R\$83.791 mil no consolidado) estão provisionados, pois relacionam-se a processos cujo prognóstico é de perda provável, e R\$4.644.718 mil (R\$4.656.708 mil no consolidado) não estão provisionados devido ao prognóstico de perda ser possível, conforme classificação dos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da Administração da Companhia em conjunto com os seus assessores jurídicos externos e internos.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Analisamos as provisões reconhecidas e os processos divulgados relacionados a contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais, bem como obtivemos as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda nestes processos administrativos e judiciais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os processos tributários, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados na mensuração das provisões, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na nota explicativa 18, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$75.892 mil em 31 de dezembro de 2019, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração com base em premissas e critérios utilizados na determinação das projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas.



Principais assuntos de auditoria--Continuação

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos--Continuação

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em avaliação e em impostos para nos auxiliar na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros e taxas de desconto a valor presente de tais projeções. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de Administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na nota explicativa 18.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa n° 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil /na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Waldyr Passetto Junior Contador CRC-1SP173518/O-8

Bombril S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais – R\$)

	Control	Controladora		idado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	11.545	12.166	13.237	13.918
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	5.093	5.310	5.271	9.312
Contas a receber de clientes (Nota 5)	175.842	152.338	175.981	152.833
Estoques (Nota 6)	54.484	78.092	54.484	78.092
Tributos a recuperar (Nota 7)	5.048	7.415	7.327	7.931
Despesas antecipadas	1.334	2.242	1.334	2.242
Outros ativos (Nota 8)	12.560	16.272	12.560	16.272
Total do ativo circulante	265.906	273.835	270.194	280.600
Não Circulante				
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	2.531	1.390	2.531	7.323
Tributos a recuperar (Nota 7)	364	315	364	315
Partes relacionadas (Nota 9)	3.626	1.567	-	-
Tributos diferidos (Nota 18)	75.892	75.817	75.892	75.817
Depósitos judiciais (Nota 21.4)	23.950	10.435	24.135	10.590
Outros ativos (Nota 8)	6.707	5.461	8.031	6.717
Realizável a longo prazo	113.070	94.985	110.953	100.762
Investimentos (Nota 10)	154.421	155.292	-	-
Imobilizado (Nota 12)	99.630	112.940	267.475	283.510
Direito de uso (Nota 11)	8.125	-	3.242	-
Intangível (Nota 13)	5.670	12.561	5.729	12.633
Total do ativo não circulante	380.916	375.778	387.399	396.905
Total do ativo	646.822	649.613	657.593	677.505

Bombril S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
-	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores (Nota 14)	110.380	124.910	111.665	125.031
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 15)	21.143	18.967	21.513	18.967
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	257.164	269.498	257.202	270.417
Passivos de arrendamentos (Nota 11)	3.952	-	2.095	-
Obrigações tributárias a recolher (Nota 17)	51.559	62.114	52.823	62.237
Provisões diversas (Nota 19)	12.766	11.914	13.061	11.914
Outros passivos (Nota 20)	12.064	27.210	11.670	27.210
Total do passivo circulante	469.028	514.613	470.029	515.776
Não Circulante				
Fornecedores (Nota 14)	-	264	-	264
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	62.986	24.014	62.986	24.051
Passivos de arrendamentos (Nota 11)	4.324	-	1.297	-
Obrigações tributárias a recolher (Nota 17)	182.282	185.145	182.282	185.145
Partes relacionadas (Nota 9)	60.953	47.627	28.904	27.712
Tributos diferidos (Nota 18)	-	-	44.443	45.843
Outros passivos (Nota 20)	487	459	487	459
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 21)	83.388	67.931	83.791	68.694
Provisões diversas (Nota 19)	68.491	50.949	68.491	50.950
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	462.911	376.389	472.681	403.118
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (Nota 22)				
Capital social	879.785	795.142	879.785	795.142
Reservas de capital	6.745	94.629	6.745	94.629
Reservas de reavaliação	24.096	26.201	24.096	26.201
Ajustes de avaliação patrimonial (custo atribuído)	62.543	63.300	62.543	63.300
Prejuízos acumulados _	(1.258.286)	(1.220.661)	(1.258.286)	(1.220.661
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(285.117)	(241.389)	(285.117)	(241.389
Total do passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	646.822	649.613	657.593	677.505

Bombril S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de Reais – R\$, exceto lucro por ação)

_	Control	adora	Consolidado		
_	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	
Receita líquida de vendas (Nota 24)	1.058.312	974.442	1.059.746	974.190	
Custo dos produtos vendidos (Nota 25)	(646.941)	(608.768)	(648.719)	(607.747)	
Lucro bruto	411.371	365.674	411.027	366.443	
Despesa com vendas (Nota 25)	(223.024)	(225.872)	(224.192)	(227.028)	
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	(85.924)	(85.609)	(87.284)	(86.616)	
Outras despesas operacionais líquidas (Nota 26)	(37.817)	(56.107)	(38.562)	(57.513)	
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10.2)	(871)	(717)	-	-	
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	63.735	(2.631)	60.989	(4.714)	
Receitas financeiras	1.425	158.907	1.785	159.663	
Despesas financeiras	(108.217)	(87.250)	(107.231)	(87.272)	
Resultado financeiro líquido (Nota 27)	(106.792)	71.657	(105.446)	72.391	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(43.057)	69.026	(44.457)	67.677	
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	2.496	-	2.496	(56)	
Diferido	74	1.140	1.474	2.545	
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Nota 18)	2.570	1.140	3.970	2.489	
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(40.487)	70.166	(40.487)	70.166	
Lucro (Prejuízo) por ação (R\$) - Básico	(0,33672)	1,29782	(0,33672)	1,29782	
Lucro (Prejuízo) por ação (R\$) - Diluído	(0,33672)	0,58439	(0,33672)	0,58439	

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de Reais - R\$)

_	Controlador	a	Consolidad	<u> </u>
_	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido (Prejuízo) do período	(40.487)	70.166	(40.487)	70.166
Resultado abrangente do período	(40.487)	70.166	(40.487)	70.166

Bombril S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de capital	Debêntures Conversíveis em ações	Prejuízos acumulados	Outras reservas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	22	795.142	28.627	66.002	(1.284.855)	248.456	(146.628)
Efeito IFRS 9 Efeito IFRS 15		-	-	- -	(2.318) (6.544)	-	(2.318) (6.544)
Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes Custo atribuído e reserva de reavaliação		-	-	-	70.166 2.890	(2.890)	70.166
Reclassificação para resultado do saldo de Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	(156.065)	(156.065)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	22	795.142	28.627	66.002	(1.220.661)	89.501	(241.389)
Prejuízo líquido do período Outras reservas		-	-	-	(40.487)	-	(40.487)
Custo atribuído e reserva de reavaliação Conversão de debêntures	22.1	- 84.643	- (21.882)	(66.002)	2.862 -	(2.862) -	(3.241)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22	879.785	6.745	-	(1.258.286)	86.639	(285.117)

Bombril S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de reais - R\$)

Sample S		Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
Lucro líquido (Pre juízo) do exercício (40.487) 70.166 (40.487) 70.166 Ajustes para conciliar o lucro/(prejuízo) do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais: 8.458 8.20.427 21.976 2.548 Imposto de renda e contribuição social diferido (2.496) - (2.496) - (2.496) - (2.496) - (2.496) - 2.549 21.976 23.880 Depreciação de amortização 18.458 20.427 21.976 23.880 Depreciação direito de uso de bens arrendados 2.569 - 2.384 - - 2.784 - - 2.384 - - 2.384 - - 2.789 (510) 2.805 - 2.384 - - 2.789 (510) 2.805 - 2.384 - - 2.789 (510) 2.805 - 2.384 - - 2.805 - 2.384 - - 2.805 - 2.805 - 2.805 - 2.805 - 2.805 - 2.805					
Ajustes para conciliar o lucro/(prejuízo) do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais: Imposto de renda e contribuição social diferido (2.496) - (2.384) - (2.569) - (2.384) - (2.569) - (2.384) - (2.569) - (2.384) - (2.569) - (2.384) - (2.569) - (2.384) - (2.569) - (2.384) - (2.496					
Imposto de renda e contribuição social corrente	Ajustes para conciliar o lucro/(prejuízo) do exercício ao caixa oriundo das	(40.487)	70.166	(40.487)	70.166
Imposto de renda e contribuição social corrente	Imposto de renda e contribuição social diferido	(74)	(1.140)	(1.474)	(2.545)
Depreciação e amortização 18.458 20.427 21.976 23.880 Depreciação direito de uso de bens arrendados 2.569 - 2.384 - Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas (910) 2.789 (510) 2.805 Provisão (reversão) de estoques (3.908) 4.842 (3.908) 4.842 Juros sobre empréstimos, financiamentos 90.583 72.684 90.296 72.666 Juros sobre passivos de arrendamento 1.817 - 1.097 - Juros e multa sobre impostos não pagos - 49 - 5' Juros sobre fornecedores - 278 - 278 Ajuste a valor presente líquido (34) (296) (33) (30') Equivalência patrimonial 871 717 - - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas 29.321 14.720 29.570 14.89' Provisão (reversão) de honorários advocaticios Sucess fee 37.719 37.715 37.715 Ganho na realização de variação cambial em investida -			-		(2.0.0)
Depreciação direito de uso de bens arrendados 2.569 - 2.384 - Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas (910) 2.789 (510) 2.805 Provisão (reversão) de estoques (3.908) 4.842 (3.908) 4.842 Juros sobre empréstimos, financiamentos 90.583 72.684 90.296 72.665 Juros sobre passivos de arrendamento 1.817 - 1.097 - Juros e multa sobre impostos não pagos - 49 - 57 Juros sobre fornecedores - 278 - 278 Ajuste a valor presente líquido (34) (296) (33) (307 Equivalência patrimonial 871 717 - - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas 29.321 14.720 29.570 14.89 Provisão (reversão) de honorários advocaticios Sucess fee 37.719 37.719 37.719 Ganho na realização de variação cambial em investida - (156.067) - (156.067) Provisão para perda de valor recuperável do ativo imobili			20.427		23.880
Provisão (reversão) de estoques (3.908) 4.842 (3.908) 4.842 Juros sobre empréstimos, financiamentos 90.583 72.684 90.296 72.666 Juros sobre passivos de arrendamento 1.817 - 1.097 - Juros e multa sobre impostos não pagos - 49 - 5 Juros sobre fornecedores - 278 - 278 Ajuste a valor presente líquido (34) (296) (33) (300 Equivalência patrimonial 871 717 - - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas 29.321 14.720 29.570 14.89 Provisão (reversão) de honorários advocaticios Sucess fee 37.719 37.715 Ganho na realização de variação cambial em investida - (156.067) - (156.067) Provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado 4,911 6.987 4.739 7.987 Baixa de intangível 5.193 - 5.193 - 5.193 -		2.569	-		-
Juros sobre empréstimos, financiamentos 90.583 72.684 90.296 72.666 Juros sobre passivos de arrendamento 1.817 - 1.097 - Juros e multa sobre impostos não pagos - 49 - 57 Juros sobre fornecedores - 278 - 278 Ajuste a valor presente líquido (34) (296) (33) (307 Equivalência patrimonial 871 717 - - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas 29.321 14.720 29.570 14.89 Provisão (reversão) de honorários advocaticios Sucess fee 37.719 37.719 37.719 Ganho na realização de variação cambial em investida - (156.067) - (156.067) Provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado 4,911 6.987 4,739 7,987 Baixa de intangível 5.193 - 5.193 - 5.193 -	Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas	(910)	2.789	(510)	2.809
Juros sobre passivos de arrendamento 1.817 - 1.097 - Juros e multa sobre impostos não pagos - 49 - 57 Juros sobre fornecedores - 278 - 278 Ajuste a valor presente líquido (34) (296) (33) (307 Equivalência patrimonial 871 717 - - - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas 29.321 14.720 29.570 14.89° Provisão (reversão) de honorários advocaticios Suces fee 37.719 37.719 37.719 Ganho na realização de variação cambial em investida - (156.067) - (156.067) Provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado 4.911 6.987 4.739 7.987 Baixa de intangível 5.193 - 5.193 -		(3.908)	4.842	(3.908)	4.842
Juros e multa sobre impostos não pagos - 49 - 57 Juros sobre fornecedores - 278 - 278 Ajuste a valor presente líquido (34) (296) (33) (307 Equivalência patrimonial 871 717 - - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas 29.321 14.720 29.570 14.89 Provisão (reversão) de honorários advocaticios Sucess fee 37.719 37.715 Ganho na realização de variação cambial em investida - (156.067) - (156.067) Provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado 4,911 6.987 4.739 7.987 Baixa de intangível 5.193 - 5.193 - 5.193 -	Juros sobre empréstimos, financiamentos	90.583	72.684	90.296	72.668
Juros sobre fornecedores - 278 - 278 Ajuste a valor presente líquido (34) (296) (33) (307 Equivalência patrimonial 871 717 - - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas 29.321 14.720 29.570 14.89 Provisão (reversão) de honorários advocatícios Sucess fee 37.719 37.719 37.719 Ganho na realização de variação cambial em investida - (156.067) - (156.067) Provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado 4.911 6.987 4.739 7.987 Baixa de intangível 5.193 - 5.193 -		1.817	-	1.097	-
Ajuste a valor presente líquido (34) (296) (33) (307) Equivalência patrimonial 871 717 - - - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas 29.321 14.720 29.570 14.89 Provisão (reversão) de honorários advocaticios Sucess fee 37.719 37.719 37.719 Ganho na realização de variação cambial em investida - (156.067) - (156.067) Provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado 4.911 6.987 4.739 7.987 Baixa de intangível 5.193 - 5.193 -		-			51
Equivalência patrimonial 871 717 - - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas 29.321 14.720 29.570 14.89 Provisão (reversão) de honorários advocaticios Sucess fee 37.719 37.719 37.719 Ganho na realização de variação cambial em investida - (156.067) - (156.067) Provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado 4.911 6.987 4.739 7.987 Baixa de intangível 5.193 - 5.193 -		-		_	278
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas 29.321 14.720 29.570 14.89° Provisão (reversão) de honorários advocaticios Sucess fee 37.719 37.719 37.715 Ganho na realização de variação cambial em investida - (156.067) - (156.067) Provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado 4.911 6.987 4.739 7.987 Baixa de intangível 5.193 - 5.193 -				(33)	(307)
Provisão (reversão) de honorários advocaticios Sucess fee 37.719 37.719 Ganho na realização de variação cambial em investida - (156.067) - (156.067) Provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado 4.911 6.987 4.739 7.987 Baixa de intangível 5.193 - 5.193 -				-	-
Ganho na realização de variação cambial em investida - (156.067) - (156.067) Provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado 4.911 6.987 4.739 7.987 Baixa de intangível 5.193 - 5.193 -		29.321		29.570	
Provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado 4.911 6.987 4.739 7.987 Baixa de intangível 5.193 - 5.193 -					
Baixa de intangível 5.193 - 5.193 -					
			0.907		7.907
Perda na alienação, liquido de haixa do ativo imobilizado 578 2.281 670 2.279	Perda na alienação, líquido de baixa do ativo imobilizado	578	2.281	670	2.279
					78.651
100.392 70.130 107.017 78.03	Lucio liquido (Frejuizo) do exercicio ajustado	100.392	70.130	107.017	76.031
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
					32.828
					(26.658)
				908	(1.906)
Partes relacionadas (2.059) (295)					-
					20.093
					(4.534)
\cdot					(3.930)
Variação nos ativos operacionais (4.851) 15.660 (4.696) 15.893	variação nos ativos operacionais	(4.851)	15.660	(4.696)	15.893
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
					(5.392)
					(5.679)
		, ,			(50.427)
					(4)
					(10.749)
·					8.357
Variação nos passivos operacionais (24.118) (50.070) (36.784) (63.894)	Variação nos passivos operacionais	(24.118)	(50.070)	(36.784)	(63.894)
Imposto de renda e contribuição social pagos (56	Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(56)
Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades operacionais 77.423 41.746 65.537 30.594	Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades operacionais	77.423	41.746	65.537	30.594
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(7.040)	(0.745)	(0.040)	(0.705)
					(8.705)
					(3.380)
		(924)	(3.189)	8.833	1.768
Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades de investimento (9.863) (15.283) (806) (10.317		(9.863)	(15.283)	(806)	(10.317)
		(0.000)	((/	(,
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
		1.774.096		1.774.096	1.697.819
		(4.776.000)		(1 774 140)	30.000
Fagamento passivos de arrendamento			(1.000.344)		(1.681.741)
			(69.011)		(69.221)
					(23.143)
	·				(2.866)
					16.784
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício 11.545 12.166 13.237 13.918	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.545	12.166	13.237	13.918
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa (621) 5.027 (681) (2.866	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(621)	5.027	(681)	(2.866)

Bombril S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de Reais - R\$)

(LIII MIIII ales de Reais - Rø)	Controladora		Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Receitas					
Venda de mercadorias, produtos e serviços	1.474.187	1.430.619	1.475.758	1.430.610	
Provisão para perdas de crédito esperadas	3.007	1.991	2.608	1.931	
Outras receitas operacionais	6.439	4.959	6.473	4.963	
	1.483.633	1.437.570	1.484.839	1.437.504	
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(506.513)	(470.571)	(506.513)	(470.571)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(278.061)	(364.415)	(278.895)	(365.690)	
Perda e recuperação de valores ativos	(10.104)	(68)	(9.932)	(293)	
	(794.678)	(835.054)	(795.340)	(836.554)	
Valor adicionado bruto	688.955	602.516	689.499	600.950	
Depreciação e amortização	(21.027)	(20.427)	(24.360)	(23.880)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	667.928	582.089	665.139	577.070	
	(070)	(7.47)			
Resultado de equivalência patrimonial	(870)	(717)	-	-	
Receitas financeiras	1.415	158.906	1.775	159.663	
Malar adialanada tatal a distribuia	545	158.189	1.775	159.663	
Valor adicionado total a distribuir	668.473	740.278	666.914	736.733	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos:					
Remuneração direta	101.529	103.542	101.906	103.550	
Benefícios	34.835	36.463	34.948	36.468	
FGTS	10.205	9.524	10.245	9.524	
	146.569	149.528	147.099	149.542	
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais	198.048	194.517	196.921	193.445	
Estaduais	245.003	222.566	245.003	222.570	
Municipais	2.504	2.532	2.541	2.563	
Remuneração de capital de terceiros:	445.555	419.615	444.465	418.579	
	E0 274	62,002	E0 240	62 111	
Juros Aluguáio	59.371	62.003	58.248	62.111	
Aluguéis	10.441	16.245	10.441	13.736	
Outras	47.024 116.836	22.720 100.968	47.148 115.837	22.598 98.445	
Remuneração de capital próprio:	1 10.030	100.300	110.037	30.443	
Prejuízos retidos	(40.487)	70.166	(40.487)	70.166	
-g	668.473	740.278	666.914	736.733	
	000.770	1-10.210	000.014	100.700	

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bombril S.A. ("Bombril", "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto inscrita perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e listada na B3 S/A - Brasil, Bolsa e Balcão, cujas ações são negociadas sob o código BOBR4, com sede na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo. A Companhia é diretamente controlada pela Newco Internacional, sediada em Nassau, Bahamas.

A Companhia e suas controladas (doravante o "Grupo") têm como atividade principal a produção e comercialização de produtos de higiene e limpeza para consumo doméstico e industrial.

A Bombril controla as seguintes empresas:

- Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Brilmaq");
- Bril Cosméticos S.A. ("Bril");
- Bril Store Comércio Digital Ltda. ("Bril Store"); e
- BB Logística Ltda. ("BBlog").

Reorganização da estrutura societária

Em 27 de setembro de 2019, a Companhia concluiu o plano de reestruturação societária aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2017, cujos objetivos foram a racionalização e simplificação de processos, redução de custos e gestão eficiente da estrutura societária do Grupo Bombril.

Aquisição da empresa BB Logística Ltda. ("BBLog")

Em 30 de agosto de 2019, foi efetivada a compra da totalidade das quotas do capital social da BBLog pela controlada Brilmaq. A compra foi concluída após procedimentos de avaliação contábilfinanceira e período de transição da operação.

A BBLog atua no fornecimento de serviço de transporte rodoviário de cargas, sendo a responsável pela estrutura de primarização de frete da Companhia desde 2016.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional -- Continuação

Plano de recuperação da lucratividade

O processo de recuperação das bases estruturais da economia brasileira durante o exercício de 2019, onde se destaca a redução da taxa de desemprego, controle inflácionário e expectativa de crescimento alinhado ao ambiente externo favorável, resultou na menor taxa básica de juros da história, fortalecendo a expectativa de crescimento e estímulo à economia para 2020. Esse ambiente está entretanto ancorado na continuidade das reformas propostas pelo governo federal e ajustes necessários na economia.

A Companhia deu continuidade ao processo de revisão das estratégias de categorias e reposicionamento de preços, que variaram entre 1,1% a 6,7% (não auditado) de aumento. A Bombril também investiu em inovações, como a nova fragrância de detergente líquido, contribuindo para o aumento da receita bruta e do volume de vendas.

A Companhia está sendo apoiada por consultoria especializada em transformação de áreas de negócio, visando acelerar a implantação de melhorias com foco em crescimento consistente de receita. Ainda com relação à estruturação do negócio, nossa presença de mercado e capilaridade na distribuição foi reforçada pela contratação de novos distribuidores regionais, visando cobrir áreas com potencial de crescimento, além do fortalecimento da parceria com os atuais distribuidores.

Alinhados aos objetivos estratégicos, a Companhia reduziu custos e despesas, aumentou prazo de empréstimos e financiamentos, reduziu parcelamentos fiscais, liquidou contas a pagar de renegociações com fornecedores e elevou prazo médio de pagamento. Essas ações tem produzido melhorias de liquidez corrente da Companhia e situação de caixa mais favorável para o ano corrente, possibilitando outras oportunidades de investimentos.

Considerando as ações acima mencionadas, a Bombril mantém a perspectiva e estratégia de crescimento sustentável dos resultados.

Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2020. Essas demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho Fiscal em 24 de março de 2020.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e mensuração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (doravante "demonstrações financeiras") foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* — IASB e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia e de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas e contas afetadas por julgamentos e premissas relevantes são:

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e mensuração das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Declaração de conformidade e base de elaboração--Continuação

- (i) Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa Nota 5;
- (ii) Vida útil dos bens do ativo imobilizado Nota 12;
- (iii) Teste de redução ao valor recuperável de ativos e intangível Notas 12 e 13;
- (iv) Imposto de renda e contribuição social Nota 18;
- (v) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 21;
- (vi) Estimativa de devoluções, cancelamentos e abatimentos que impactam o reconhecimento da receita de vendas.

Continuidade operacional

A Companhia incorreu em prejuízo de R\$40.847 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e apresenta passivo a descoberto de R\$285.117 (R\$241.389 em 2018).

Consoante comentários anteriores em "Plano de recuperação da lucratividade", a Administração está segura da geração de lucros e não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia e de suas controladas.

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é resumida da seguinte forma:

		Participação (%)			_	
		31/1	2/2019	/2019 31/12/20 ⁻		_
Controladas	Sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Atividade
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	100%	-	100%	-	Compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios.
Bril Cosméticos S.A.	Brasil	-	100%	-	100%	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal
Bril Store Comércio Digital Ltda.	Brasil	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%	Comércio de produtos nos segmentos de limpeza e cosméticos, principalmente, mediante a utilização de meios eletrônico.
BB Logística Ltda.(a)	Brasil	-	100%	-	-	Fornecimento de serviço de transporte rodoviário de cargas

(a) Subsidiária adquirida em 2019 (Nota 10)

Os saldos mantidos entre as empresas consolidadas, tais como receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas são eliminados em sua totalidade.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base para preparação e mensuração das demonstrações financeiras - Continuação

2.3. Alterações nas normas de contabilidade

O Grupo adotou pela primeira vez o CPC 06 (R2) / IFRS16, Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção dessa nova norma são descritos a seguir.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma.

Abordagem de transição

A Administração optou pela abordagem retrospectiva modificada simplificada. Essa abordagem não impacta lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial e não há reapresentações de períodos comparativos, sendo os efeitos apresentados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa nominal incremental sobre os seus empréstimos. Os ativos de direito de uso foram mensurados por valor igual ao passivo de arrendamento, ajustados por quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base para preparação e mensuração das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Alterações nas normas de contabilidade--Continuação

Isenções adotadas pela Companhia

A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

- (i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados vigentes em 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2)/ IFRS 16:
- (ii) Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses e que não continham opção de compra: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.
- (iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.
- (iv) Aplicação de uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente). A Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando uma taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019 (taxa nominal) que reflete a taxa de captação da Companhia em condições de mercado. A taxa média ponderada aplicada foi de 18% ao ano.

Impactos no balanço patrimonial na adoção inicial

O principal impacto da adoção da nova norma está relacionado às operações de arrendamento de edifícios e maquinários com partes relacionadas e alugueis de veículos e empilhadeiras.

O quadro abaixo apresenta os efeitos no balanço patrimonial da adoção da nova norma em 1º de ianeiro de 2019:

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base para preparação e mensuração das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Alterações nas normas de contabilidade--Continuação

	Efeit	to do IFRS 16 no I	balanço patrimonial		
Ativo			Passivo e Patri	imônio	
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
-	01/01/2019	01/01/2019		01/01/2019	01/01/2019
Circulante	-	-	Circulante	2.471	2.073
-	-	-	Passivos arredamentos	2.471	2.073
Não circulante	11.126	6.058	Não circulante	8.655	3.985
Direito de uso dos ativos	11.126	6.058	Passivos arredamentos	8.655	3.985
Total	11.126	6.058	Total	11.126	6.058

O detalhamento da composição dos saldos de direitos de uso e passivo de arrendamento, bem como suas movimentações para 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados na Nota 11.

<u>IFRIC 23 – Incerteza em relação a Tratamentos Tributários sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)</u>

A nova interpretação vigente estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração aplicou a nova interpretação desde 1º. de janeiro de 2019 e não identificou qualquer impacto em suas demonstrações financeiras.

2.4. Novas IFRS e pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes

As revisões e alterações das normas abaixo foram aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) durante o exercício de 2019, conforme segue:

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base para preparação e mensuração das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Novas IFRS e pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes --Continuação

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas no CPC 15 (R1) para ajudar as Companhias a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não efetivamente em negócio adquirido, assim como esclarecem requisitos, incluem orientações para avaliar se um processo adquirido é ou não substantivo, dentre outras alterações.

As alterações nao se aplicam a transações ou eventos anteriores a entrada em vigor da referida norma.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na CPC 26 (R1) e no CPC 23 para alinhar a definição de "omissão material ou divulgação distorcida material" em todas as normas. A nova definição declara que: a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras.

Essas alterações não produzem impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.5. Reapresentação de saldos comparativos

A Administração realizou uma alteração na apresentação dos saldos das demonstrações dos resultados e, por consequência, das notas explicativas afetadas (24 e 25) relativos ao ano de 2018 com a finalidade de melhor refletir como são geridas as operações da Companhia pela Administração. Essas alterações não impactaram no lucro líquido ou lucro antes do imposto de renda e contribuição social, nos saldos das contas patrimoniais, nas demonstrações dos resultados abrangentes, nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e nem nas demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os saldos das contas afetadas como originalmente apresentados e como reapresentados:

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base para preparação e mensuração das demonstrações financeiras--Continuação

2.5. Reapresentação de saldos comparativos--Continuação

Consolidado
31/12/2018

	31/12/2016						
	Saldo como originalmente apresentado	Reclassificação	Saldo reapresentado				
Receita líquida de vendas	1.046.691	(72.501)	974.190				
Lucro bruto	438.944	(72.501)	366.443				
Despesas com vendas	(299.529)	72.501	(227.028)				
Impacto no resultado do exercício	-	-	-				

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	7.547	9.417	8.974	9.444
Aplicações financeiras	3.998	2.749	4.263	4.474
Total	11.545	12.166	13.237	13.918

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez.

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por aplicações de renda fixa e títulos privados, com rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sendo remuneradas entre 96% a 105% dessa variação. Além disso, inexistem multas ou quaisquer outras restrições para o resgate imediato, que pode ser efetuado com baixo risco de mudança de seu valor de mercado.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Títulos e valores mobiliários

_	Controladora		Consolidado	
<u> </u>	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Operações compromissadas _	7.624	6.700	7.802	16.635
Total	7.624	6.700	7.802	16.635
Circulante	5.093	5.310	5.271	9.312
Não Circulante	2.531	1.390	2.531	7.323

As operações compromissadas estão vinculadas a operações passivas da Companhia relativas a compra de energia elétrica, garantia de capital de giro e fornecimento de matéria-prima. Essas aplicações financeiras são remuneradas substancialmente com base em 101% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) e serão mantidas até o vencimento das respectivas obrigações.

5. Contas a receber de clientes

_	Controladora		Consolid	dado
_	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes (a)	188.059	167.333	193.683	172.913
(-) Ajuste a valor presente(-) Provisão para perdas de crédito	(401)	(510)	(401)	(510)
esperadas (b)	(11.816)	(14.485)	(17.301)	(19.570)
_	175.842	152.338	175.981	152.833

⁽a) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de duplicatas dado como garantia de operações de crédito é de R\$32.576 (R\$33.314 em dezembro de 2018).

A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
Período	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A Vencer	173.086	142.923	177.789	147.582
De 1 a 30 dias	6.187	8.137	6.187	8.137
De 31 a 60 dias	378	1.383	378	1.383
De 61 a 90 dias	296	1.200	296	1.200
De 91 a 180 dias	503	2.106	503	2.117
Acima de 181 dias	7.609	11.584	8.530	12.494
Vencidos	14.973	24.410	15.894	25.331
	188.059	167.333	193.683	172.913

⁽b) A provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída com base na análise individual dos créditos, incluindo a avaliação de risco de crédito para cada faixa de valor vencido, classificação de risco do cliente e o histórico de perdas. Nos casos de inadimplência, a Companhia e suas controladas adotam o procedimento de cobrança direta junto aos clientes, terceirização da cobrança e, em alguns casos, cobrança judicial.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes -- Continuação

A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(11.701)	(16.786)
Adições	(1.653)	(2.215)
Reversões / (Recuperações)	(1.136)	(594)
Baixas	5	25
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(14.485)	(19.570)
Adições	(1.282)	(1.679)
Reversões / (Recuperações)	2.192	2.190
Baixas (a)	1.759	1.758
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.816)	(17.301)

⁽a) Refere-se a valores baixados em definitivo das contas a receber e provisões para perdas de créditos esperadas os títulos vencidos acima de 5 (cinco) anos, conforme política da Companhia.

6. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é mensurado com base no custo médio ponderado e inclui, no caso de produtos acabados, gastos incorridos na aquisição de matéria prima, custo de produção e transformação, limitados a capacidade operacional normal, e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes.

	Controladora e consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	
Produtos acabados (a)	26.412	36.875	
Restituição de devolução de clientes	1.420	1.581	
Produtos em elaboração	471	953	
Matérias-primas	10.240	19.872	
Materiais de embalagem	16.617	22.601	
Adiantamento a fornecedores de estoques	292	240	
Outros	745	1.591	
(-) Provisão para perda de estoque	(1.713)	(5.621)	
	54.484	78.092	

⁽a) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de estoque dado como garantia de operações de crédito é de R\$8.600.

A provisão para perdas do estoque é calculada de acordo com a política da Companhia que consiste na análise do giro lento, estimativa de perda no inventário, perdas estimadas com produtos não vendáveis e data de vencimento dos produtos. A contrapartida da perda estimada está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da provisão para perda de estoques é demonstrada a seguir:

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Estoques--Continuação

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(779)
Adições	(26.186)
Reversão	21.344
Saldo em 31 de dezembro 2018	(5.621)
Adições	(4.601)
Reversão	8.509
Saldo em 31 de dezembro 2019	(1.713)

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL a recuperar	652	547	2.438	1.130
ICMS a recuperar	711	769	719	775
PIS e COFINS a recuperar (a)	4.049	6.196	4.534	6.123
IPI a recuperar	-	218	-	218
	5.412	7.730	7.691	8.246
Circulante	5.048	7.415	7.327	7.931
Não Circulante	364	315	364	315

(a) Em 31 de dezembro de 2019, inclui R\$1.224 (R\$1.921 em dezembro de 2018) de créditos constituídos em 2017 relativos a pagamentos a maior de PIS/COFINS efetuados no período de abril de 2016 a agosto de 2017 devido a inclusão do ICMS nas bases de cálculo dessas contribuições; a qual foi julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal em 15 de março de 2017. Para o período de abril de 2016 a junho de 2017, a Companhia impetrou e obteve mandado de segurança, datado de 7 de abril de 2016, contra a União.

Ainda com relação ao mesmo tema, a Companhia é autora de em ação ordinária, datado de 18 de março de 2006, contra a União, em que questiona a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS. A ação busca o reconhecimento do direito à compensação dos cinco anos anteriores à data da propositura. Desta maneira, o período questionado na respectiva ação remonta de 18 de março de 2001 até 30 de junho de 2014, ocasião que a partir de então entrou em vigor a Lei nº 12.973/2014.

Diante do início de vigência da Lei 12.973/2014, em 1º de janeiro de 2015, a Companhia ingressou com mandado de segurança, datado de 7 de abril de 2016, contra a União, em que questiona o mesmo objeto, considerando a nova sistemática trazida pela lei destacada, todavia para o período de 1 de janeiro de 2015 a 31 de março de 2016.

A Companhia apurou créditos fiscais no montante de R\$128 milhões de principal (R\$239 milhões atualizados pela Selic) baseado nas documentações analisadas para ambos os períodos, os quais estão sendo tratados como ativo contingente, portanto não registrados contabilmente, pois somente serão reconhecidos quando ocorrer o trânsito em julgado dos processos da Companhia.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros ativos

	Controladora		Consolida	ado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de empregados (a)	996	1.103	997	1.103
Adiantamento de transporte	-	5.616	-	5.616
Precatórios (b)	5.858	5.459	7.183	6.717
Contas vinculadas	11.264	9.414	11.264	9.414
Outros (c)	1.149	141	1.147	139
	19.267	21.733	20.591	22.989
Circulante	12.560	16.272	12.560	16.272
Não Circulante	6.707	5.461	8.031	6.717

⁽a) Adiantamento para despesas de viagens e férias.

9. Transações com partes relacionadas

9.1. Ativos e passivos

As transações realizadas pela Companhia e suas partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

C	Controladora			
	31/12/2019		31/12/	2018
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Bril Cosméticos S.A. (a)	-	30.257	-	19.915
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. (a)	2.163	-	1.567	-
BB Logística Ltda.	1.463	1.791	-	-
BHD Participações S.A. (b)		28.905	-	27.712
	3.626	60.953	1.567	47.627

⁽a) Refere-se a saldo de conta corrente com a subsidiária.

(b) Em 27 de outubro de 2017, a Companhia adquiriu créditos de prejuízo fiscal e de base negativa de sua controladora (BHD Participações S.A.), os quais foram utilizados para abatimento dos débitos fiscais da Companhia incluídos no programa de regularização tributária (PRT).

Em 31 de julho de 2019, foi aprovada a repactuação do débito e assinado documento de cessão, no qual os credores BHD e a pessoa física de seu controlador, Sr. Ronaldo Sampaio Ferreira, decidiram alterar as datas de vencimento das parcelas, passando a ser de três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento para 1º de outubro de 2020. Nesse ato, também foi aprovada a concessão da marca Mon Bijou em garantia à operação. À partir de junho de 2019, as remunerações foram adicionadas ao saldo do débito repactuado, nos termos do aditamento da escritura de emissão.

⁽b) Suportada pelo trânsito em julgado ocorrido em fevereiro de 2017 e conclusão dos cálculos em julho de 2017, a Companhia reconheceu seu direito aos valores de Adicional de Imposto de Renda indevidamente cobrados pelo Estado de São Paulo até 1993.

⁽c) Inclui valor de R\$1.140 derivado de acordo de confissão de dívida de fornecedor de matéria-prima para sopro de frascos, o qual será abatido de futuras contas a pagar para esse fornecedor em 36 parcelas.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

9.2. Receitas e despesas em operações comerciais, administrativas e financeiras com partes relacionadas

_	Controladora		
_	31/12/2019	31/12/2018	
Bril Cosméticos S.A.	1.491	2.509	
BB Logística Ltda.	1.416	-	
BHD Participações S/A	1.193		
Total	4.100	2.509	

9.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal está fixado até o limite de R\$8.886 para o exercício de 2019, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de março de 2019. O montante pago até 31 de dezembro de 2019 foi de R\$4.690 (R\$5.061 em 31 de dezembro de 2018), que corresponde a benefícios de curto prazo. A Companhia não remunera seus administradores com planos baseados em ações, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

Cantualadana

10. Investimentos

10.1. Composição

	Controladora		
	31/12/2019	31/12/2018	
Ativo			
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	154.421	155.292	
Total dos investimentos	154.421	155.292	

10.2. Movimentação

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2017	156.009
Equivalência patrimonial	(717)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	155.292
Equivalência patrimonial	(871)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	154.421

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos--Continuação

10.3. Principais Informações contábeis de suas controladas diretas e indiretas

Controlada direta							
<u>-</u>				31/12/2019			
	Ativo	Passivo	Capital Social	Receita Líquida	Participação direta no capital social	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	175.015	20.594	30.406	-	100,00%	154.421	(871)
Controlada indireta				31/12/2019			
	Ativo	Passivo	Capital Social	Receita Líquida	Participação direta no capital social	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Bril Cosméticos S.A.	217.496	44.782	92.550	1.354	100,00%	172.714	(1.283)
_				31/12/2019			
	Ativo	Passivo	Capital Social	Receita Líquida	Participação direta no capital social	Patrimônio Líquido	Resultado do período
BB Logística Ltda. (i)	3.497	2.795	30	26.774	100,00%	702	380

⁽i) A BB Logística Ltda. foi adquirida pela Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. em 30 de agosto de 2019, conforme descrito na Nota 1. Dessa forma, o resultado de equivalência patrimonial considera o período de setembro até dezembro de 2019.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos--Continuação

10.3. Principais Informações contábeis de suas controladas diretas e indiretas - Continuação

BB Logística Ltda.

Em 30 de agosto de 2019, a controlada Brilmaq adquiriu 100% do capital da BBLog, representando a decisão da Companhia de internalizar o processo de logística e, consequentemente, reduzir o custo da operação de distribuição.

O preço de aquisição foi determinado levando em consideração (i) o valor da opção de compra estabelecido no contrato de prestação de serviços firmado junto a Agrega Soluções e Apoio Ltda. e (ii) o preço da transferência da estrutura de primarização.

A mensuração e reconhecimento da participação da Brilmaq na BBLog foi realizada com base nas informações contábeis intermediárias de 30 de agosto de 2019.

O valor contábil dos ativos e passivos identificáveis da BB Log na data da aquisição é representado por:

	Base da Aquisição 30/08/2019
Ativos circulantes	2.374
Ativos não circulantes	-
Passivos circulantes	(1.925)
Passivos não circulantes	(154)
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	295
Preço de aquisição estimado	290
Deságio	5
Valor a pagar	290
	290

Não existem compromissos não reconhecidos que podem dar origem a uma saída futura de caixa ou de outros recursos.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Direito de uso e Passivo de arrendamentos

Desde 1º de janeiro de 2019, o direito de uso de ativos e o passivo dos arrendamentos relacionados são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, líquidos de créditos de PIS e COFINS, descontados a partir das taxas incrementais de empréstimos.

O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas gerais e administrativas"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

Considera-se, para fins de classificação como contrato de arrendamento, as operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2019 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

11.1. Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos

As movimentações do direito de uso e dos passivos arrendados no exercício foram como segue:

movimentação controladora	Imóveis	equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.774	4.257	5.095	11.126
Adições	-	-	-	-
Depreciação	(64)	(756)	(1.749)	(2.569)
Baixas	-	-	(432)	(432)
Atualizações	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.710	3.501	2.914	8,125

	Máquinas e		
movimentação consolidado	equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	963	5.095	6.058
Adições	-	-	-
Depreciação	(635)	(1.749)	(2.384)
Baixas	-	(432)	(432)
Atualizações	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	328	2.914	3.242

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Direito de uso e Passivo de arrendamentos--Continuação

11.1. Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos--continuação

	Controladora		Consolidado)
	Passivo circulante Passivo	o não circulante	Passivo circulante Passivo	não circulante
Saldo em 01 de janeiro de 2019	3.914	7.212	2.073	3.985
Juros	1.817	-	1.097	-
Pagamentos	(4.235)	-	(3.331)	-
Adições/ baixas (a)	(432)	-	(432)	-
Transferências (PC/PnC)	2.888	(2.888)	2.688	(2.688)
31 de dezembro de 2019	3.952	4.324	2.095	1.297

⁽a) Refere-se a baixa de ativos arrendados dos contratos com a Movida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou despesa de R\$10.440 referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de baixo valor de contrato.

11.2. Cronograma de vencimento do passivo de arrendamentos

Fluxos de pagamentos com desconto		
	Controladora	Consolidado
2020	3.952	2.095
2021	1.546	1.297
2022	185	-
2023	221	
após 2024	2.372	-
31 de dezembro de 2019	8.276	3.392
Circulante	3.952	2.095
Não circulante	4.324	1.297
Total	8.276	3.392
Fluxos de pagamentos sem desconto		
	Controladora	Consolidado
2020	4.664	2.472
2021	2.085	1.530
2022	986	-
após 2023	12.365	-
31 de dezembro de 2019	20.100	4.002

Devido a baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curto prazo.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável. Os ativos são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada. A vida útil dos ativos são revisadas a cada exercício social e ajustados, se necessário.

12.1. Composição do imobilizado

	_	Contro	Consolidado		
	Vida útil (anos)	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	-	-	94.192	94.192
Edifícios	60	194	198	58.448	59.641
Instalações (a)	10 a 25	13.023	13.090	13.032	13.104
Máquinas e equipamentos	5 a 40	61.983	70.478	78.081	88.382
Móveis e utensílios	5 a 25	1.829	1.917	1.836	1.926
Veículos	10 a 15	19	62	18	63
Equipamento processamento de dados	3 a 20	1.148	1.059	1.148	1.067
Imobilizações em andamento (a)	-	1.752	527	1.919	527
Benfeitorias em imóveis da controlada	12 a 25	32.482	33.941	32.483	33.940
Outros bens	3 a 5	563	121	563	120
(-) Perda ao Valor Recuperável (b)		(13.363)	(8.453)	(14.245)	(9.452)
Total		99.630	112.940	267.475	283.510

- (a) O saldo de imobilizações em andamento e instalações refere-se, principalmente a investimentos correntes nas operações da Companhia.
- (b) A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos, que se constituem principalmente edificações e máquinas e equipamentos. Estes itens são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado, conforme indicação do CPC01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável o valor justo do parque fabril ou negócio.

Em dezembro de 2019, a Companhia identificou, após estudo anual, ativos de máquinas e equipamentos com produtividade abaixo da capacidade normal, no valor total de R\$13.363 (R\$14.245 no Consolidado). Dessa forma, a Companhia realizou acréscimo de provisão para ajuste ao valor recuperável no montante de R\$4.911 (R\$ 4.739 no Consolidado) registrado na rubrica de outras despesas operacionais.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

12.2. Movimentação da Controladora

			Máguinas e	Móveis e		Equipamento de processamento	Imobilizado em	Benfeitorias em imóveis		
Custo	Edifícios	Instalações	Equipamentos	utensílios	Veículos	de dados	andamento		Outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	313	25.624	177.900	4.336	663	6.466	2.548	48.701	391	266.942
Adições	-	4.152	1.907	203	-	248	1.376	715	114	8.715
Baixas	-	(192)	(1.454)	(84)	-	-	-	(384)	(4)	(2.118)
Provisão para perda valor recuperáve	-	-	(6.987)	-	-	-	-	-	-	(6.987)
Transferências	-	85	2.835	144	-	-	(3.397)	310	23	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	313	29.669	174.201	4.599	663	6.714	527	49.342	524	266.552
Adições	-	2.582	1.796	134	-	572	1.225	813	518	7.640
Baixas	-	(352)	(490)	(2)	(67)	(1)	-	(56)	-	(968)
Provisão para perda valor recuperáve	-	-	(4.911)	-	-	-	-	-	-	(4.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	313	31.899	170.596	4.731	596	7.285	1.752	50.099	1.042	268.313

						Equipamento de		Benfeitorias		
			Máquinas e	Móveis e		processamento	Imobilizado em	em imóveis		
Depreciação acumulada	Edifícios	Instalações	Equipamentos	utensílios	Veículos	de dados	andamento	de terceiros	Outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(111)	(14.507)	(100.151)	(2.523)	(563)	(5.117)	-	(13.176)	(357)	(136.505)
Adições	(4)	(2.078)	(12.083)	(226)	(38)	(538)	-	(2.230)	(49)	(17.246)
Baixas	-	5	59	67	-	-	-	4	4	139
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(115)	(16.580)	(112.175)	(2.682)	(601)	(5.655)	-	(15.402)	(402)	(153.612)
Adições	(4)	(2.327)	(10.089)	(222)	(43)	(482)	=	(2.217)	(77)	(15.461)
Baixas	-	31	288	2	67	=	=	2	=	390
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(119)	(18.876)	(121.976)	(2.902)	(577)	(6.137)	-	(17.617)	(479)	(168.683)
Saldo líquido em dezembro de 2018	198	13.089	62.026	1.917	62	1.059	527	33.940	122	112.940
Saldo líquido em dezembro de 2019	194	13.023	48.620	1.829	19	1.148	1.752	32.482	563	99.630

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

12.3. Movimentação do Consolidado

							Equipamento de	lmobilizado			
				Máquinas e	Móveis e		processamento	em	Benfeitorias	Outros	
Custo	Terreno	Edifícios	Instalações	Equipamentos	utensílios	Veículos	de dados	andamento	em imóveis	bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	94.192	87.624	31.935	291.850	8.798	755	9.181	2.548	48.700	391	575.974
Adições	-	-	4.152	1.906	191	-	251	1.376	715	114	8.705
Baixas	-	-	(191)	(1.494)	(194)	(104)	-	-	(384)	(3)	(2.370)
Provisão para perda valor recuperável	-	-	-	(7.987)	-	-	-	-	-	-	(7.987)
Transferências	-	-	85	2.835	144	-	-	(3.397)	311	22	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	94.192	87.624	35.981	287.110	8.939	651	9.432	527	49.342	524	574.322
Adições		-	2.581	2.331	134	-	571	1.392	813	518	8.340
Baixas	-	-	(351)	(748)	(9)	(67)			(56)	-	(1.231)
Provisão para perda valor recuperável	-	-	-	(4.739)		-	-	-	-	-	(4.739)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	94.192	87.624	38.211	283.954	9.064	584	10.003	1.919	50.099	1.042	576.692

							Equipamento de	Imobilizado			
				Máquinas e	Móveis e		processamento	em	Benfeitorias	Outros	
Depreciação Acumulada	Terreno	Edifícios	Instalações	Equipamentos	utensílios	Veículos	de dados	andamento	em imóveis	bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(26.790)	(20.795)	(193.876)	(6.975)	(650)	(7.818)	-	(13.175)	(357)	(270.436)
Adições	-	(1.193)	(2.087)	(14.405)	(214)	(42)	(547)	-	(2.231)	(49)	(20.768)
Baixas	-	-	5	100	176	104	-	-	4	2	391
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(27.983)	(22.877)	(208.181)	(7.013)	(588)	(8.365)	-	(15.402)	(404)	(290.812)
Adições	-	(1.193)	(2.333)	(12.390)	(223)	(45)	(490)	•	(2.217)	(75)	(18.966)
Baixas	-	-	31	452	8	67	-	-	3	-	561
Saldo em 30 de dezembro de 2019	-	(29.176)	(25.179)	(220.119)	(7.228)	(566)	(8.855)	-	(17.616)	(479)	(309.217)
Saldo líquido em dezembro de 2018	94.192	59.641	13.104	78.929	1.926	63	1.067	527	33.940	120	283.510
Saldo líquido em dezembro de 2019	94.192	58.448	13.032	63.835	1.836	18	1.148	1.919	32.483	563	267.475

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Intangível

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável. Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

13.1. Composição (Valor Líquido)

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Software (a)	5.670	7.368	5.729	7.372	
Ágio Milana Industrial e Comercial Ltda (b)	-	7.935	-	7.935	
(-) Perda para redução ao Valor recuperável	-	(2.742)	-	(2.674)	
	5.670	12.561	5.729	12.633	

- (a) A amortização dos softwares é realizada por um período de cinco anos.
- (b) Ágio decorrente da diferença entre o valor de aquisição e o valor do Patrimônio líquido das controladas incorporadas Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda e Milana Trade, apurado na data de aquisição, fundamentados pela expectativa de rentabilidade futura. A Administração adotou a metodologia de fluxo de caixa descontado para avaliação do ativo, que considera tanto a geração de caixa, quanto os riscos envolvidos na atividade, na data base de 31 de dezembro de 2018. O período de projeção dos fluxos de caixa foi de 5 anos, e a estabilidade do fluxo de caixa da Companhia foi atingida no segundo ano de projeção, contados a partir da data de avaliação. As premissas utilizadas para determinar o valor justo incluem: projeções de fluxo de caixas com base em estimativas internas da Administração, premissas macroeconômicas e taxa de desconto calculada em conformidade com o mercado. A taxa de desconto obtida e aplicada na projeção do fluxo foi de 11,5%. Eventos ou mudanças significativas futuras relacionadas ao negócio diretamente ou questões econômicas externas podem alterar ou até mesmo potencializar a provisão para perda reconhecida.

Considerando que encerramos a fabricação e comercialização dos produtos vinculados a marca Lysoform por transferência dos direitos da marca à terceiros, a Companhia decidiu reconhecer a baixa do referido ágio em "outras despesas operacionais" em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Intangível--Continuação

13.2. Movimentação

	Controladora						
Custo	Software	Ágio Milana	Total				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	23.841	5.710	29.551				
Adições	3.379	-	3.379				
Baixas	(303)	-	(303)				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	26.917	5.710	32.627				
Adições	1.299	-	1.299				
Baixas		(5.710)	(5.710)				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	28.216	-	28.216				

Amortização	Software	Ágio Milana	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(16.368)	(517)	(16.885)
Adições	(3.181)	-	(3.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(19.549)	(517)	(20.066)
Adições	(2.997)	517	(2.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(22.546)	-	(22.546)
Saldo líquido em dezembro de 2017	7.473	5.193	12.666
Saldo líquido em dezembro de 2018	7.368	5.193	12.561
Saldo líquido em dezembro de 2019	5.670	-	5.670

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Intangível--Continuação

13.2. Movimentação

Consolidado							
Custo	Software	Ágio Milana	Total				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.595	5.710	43.305				
Adições	3.380	-	3.380				
Baixas	(301)	-	(301)				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	40.674	5.710	46.384				
Adições	1.299		1.299				
Baixas		(5.710)	(5.710)				
Saldo líquido em dezembro de 2019	41.973	-	41.973				
Amortização Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Saldo em 31 de dezembro de 2018 Adições Saldo líquido em dezembro de 2019	(30.122) (3.112) (33.234) (3.010) (36.244)	Ágio Milana (517) - (517) 517	Total (30.639) (3.112) (33.751) (2.493) (36.244)				
Saldo líquido em dezembro de 2017 Saldo líquido em dezembro de 2018	7.473 7.440	5.193 5.193	12.666 12.633				
Saldo líquido em dezembro de 2019	5.729	-	5.729				

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Fornecedores

_	Controladora		Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Matéria-prima	84.498	94.052	84.501	94.052	
Frete	5.587	7.408	6.713	7.408	
Manutenção	6.220	3.519	6.250	3.520	
Outros (a)	14.471	20.666	14.597	20.788	
(-) Ajuste a valor presente _	(396)	(471)	(396)	(473)	
_	110.380	125.174	111.665	125.295	
Circulante	110.380	124.910	111.665	125.031	
Não circulante	-	264	-	264	

A composição do saldo de fornecedores por vencimento é a seguinte:

_	Controladora	1	Consolidado		
Intervalo	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
A vencer (a)	104.881	115.199	106.046	115.201	
Vencidos (b)					
De 1 a 30 dias	1.453	2.368	1.453	2.368	
De 31 a 60 dias	200	2.365	200	2.365	
De 61 a 90 dias	34	773	34	773	
De 91 a 180 dias	46	398	46	398	
Acima de 180 dias	3.766	4.071	3.886	4.190	
_	110.380	125.174	111.665	125.295	

⁽a) A redução no valor a vencer se deu principalmente pela liquidação de parcelamentos com fornecedores (R\$10,2 milhões) provenientes de exercícios anteriores. A Companhuia aumentou o prazo médio de pagamento com fornecedores. A concentração do valor de Contas à pagar está em insumos para Lã de Aço, Resinas, Embalagens e Fragrâncias, pois estas categorias operam com maior prazo de pagamento.

⁽b) Tratam-se de valores em negociação com fornecedores, com os quais a Companhia está buscando melhores soluções e acordos.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controla	dora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Provisão de férias e encargos	12.794	13.655	12.801	13.655	
Encargos sociais a pagar	3.386	4.070	3.749	4.070	
Participação nos lucros e resultados (a)	4.073	762	4.073	762	
Outras provisões	890	480	890	480	
Total	21.143	18.967	21.513	18.967	

⁽a) A Companhia estabelece metas quantitativas e qualitativas de desempenho da operação. As premissas são suportadas por crescimento dos negócios e avaliação dos funcionários.

16. Empréstimos e financiamentos

16.1. Composição

			Controladora		Consol	idado
	Encargos %	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda local:						
Financiamento de máquinas e						
equipamentos (FINAME)	0,37 a.m.	set/2021	3.245	6.222	3.283	7.179
Capital de giro	1,37 a.m.	mai/2022	126.295	102.937	126.295	102.937
Debêntures não conversíveis	2,00 a.m.	ago/2022	38.808	30.600	38.808	30.600
Operação de fomento	2,40 a.m.	(a)	13.769	32.107	13.769	32.107
Cessão de duplicatas	1,83 a.m.	(b)	132.318	115.585	132.318	114.493
Conta garantida	1,30 a.m.	(c)	5.338	5.133	5.338	6.224
Arrendamento mercantil	1,16 a.m.	(d)	377	928	377	928
			320.150	293.512	320.188	294.468
Circulante		_	257.164	269.498	257.202	270.417
Não circulante			62.986	24.014	62.986	24.051

⁽a) As operações com fomento são utilizadas para pagamento e adiantamento a fornecedores para compra de matéria-prima e tem vencimento de 30 dias. A Companhia utiliza duplicatas a receber registradas em seu ativo para liquidação dessas operações.

⁽b) A Companhia realiza antecipação de seus recebíveis por meio de Cessão de Duplicatas junto às instituições financeiras como ferramenta de capital de giro.

⁽c) A conta garantida tem o prazo de vencimento indeterminado com reanálise de crédito para continuidade da operação a cada 180 dias.

⁽d) Tratam-se de operações de arrendamento mercantil de itens de baixo valor, vencíveis em junho de 2021, e que não são registrados como Direitos de Uso, conforme isenção da norma contábil adotada pela Companhia. (Nota 11.a).

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

16.1. Composição--Continuação

Os empréstimos em moeda local estão garantidos por máquinas e equipamentos da linha de produção de lã de aço e avais da Companhia. As operações da Companhia junto a fomentadora BS Fomento (a) acima, estão garantidas por Marcas (Kalipto, NO AR, Pinho Bril e Pinho Bril Plus) no montante de R\$11.000 e uma lista pré definida de estoques no montante de R\$8.600.

A parcela não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de	Controladora		Consolida	ado
Vencimento	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2021	49.587	20.105	49.587	20.142
2022	13.399	3.909	13.399	3.909
_	62.986	24.014	62.986	24.051

16.2. Debêntures não conversíveis

A posição das debêntures não conversíveis está resumida a seguir:

Principal corrigido	31/12/2019
Circulante	38.808
	38.808

A movimentação das debêntures não conversíveis está demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2017	20.000
Emissão	30.000
Pagamento de principal	(20.000)
Juros provisionados	6.932
Pagamento de juros	(6.332)
Saldo em 31/12/2018	30.600
Juros provisionados	8.208
Saldo em 31/12/2019	38.808

Conforme divulgado pela Companhia por meio de Fato Relevante em 1º de agosto, nessa mesma data foi aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral ("AGD") a repactuação das debêntures por meio da qual autorizou a emissão de 2 (duas) novas séries de debêntures no valor total de R\$10.000 (dez milhões de reais) a serem emitidas mediante decisão da Diretoria, no prazo de até 12 (doze) meses a contar do aditamento da escritura de emissão.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

16.2. Debêntures não conversíveis--Continuação

Ainda no âmbito da repactuação aprovada na referida AGD, foi alterada a data de vencimento e forma de pagamento, com vencimentos mensais em 24 (vinte e quatro) parcelas consecutivas, acrescidas da remuneração, com prazo de 12 (doze) meses de carência, a contar da data da repactuação. As remunerações e encargos referentes a dezembro de 2018 e relativos ao ano de 2019 foram incorporados ao saldo devedor repactuado, nos termos do aditamento à Escritura de Emissão. A referida aprovação se deu no mesmo sentido que a deliberação ocorrida em 31 de julho pelo Conselho de Administração da Companhia. Em garantia à referida repactuação foi formalizada a alienação fiduciária da marca Limpol.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Valor líquido	Taxa de juros	TIR	_
Fundo Labrador	1.	01/02/2018	R\$ 15.000	15.000	2% a.m.	2% a.m.	_
Fundo Labrador	2.	01/02/2018	R\$ 15.000	15.000	2% a.m.	2% a.m.	

As principais características das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária são:

Série	Quantidade emitida	Valor nominal unitário na data de emissão	Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2019	Vencimento
Primeira	15	1.000	1.294	Agosto de 2022
Segunda	15	1.000	1.294	Agosto de 2022

Bombril S.A.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Obrigações tributárias

	Controladora					
	Circulante		Não circ	Não circulante		al
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Parcelamentos						
Parcelamento - Refis IV (a)	16.778	15.367	135.680	144.941	152.458	160.308
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado	-	316	-	-	-	316
PEP - Programa Especial de Parcelamento (b)	4.856	6.746	10.253	15.128	15.109	21.874
Parcelamento ICMS (c)	8.158	8.955	12.570	11.319	20.728	20.274
Parcelamento IPI (d)	1.548	1.472	1.806	3.189	3.354	4.661
Parcelamento INSS (e)	1.566	1.488	1.958	3.348	3.524	4.836
Parcelamento - Refis PRT (f)	402	13.098	1.212	-	1.614	13.098
Parcelamento Multa CLT PERT - Programa Especial de Regularização	59	-	112	-	171	-
Tributária (g)	740	721	6.719	7.220	7.459	7.941
Total parcelamentos	34.107	48.163	170.310	185.145	204.417	233.308
Tributos a recolher						
ICMS a recolher	10.926	8.170	-	-	10.926	8.170
IPI a recolher	2.231	1.074	-	-	2.231	1.074
ISS a recolher	125	50	-	-	125	50
PIS/COFINS a recolher (h)	1.725	-	11.972	-	13.697	-
IRPJ/CSLL a recolher	693	3.189	-	-	693	3.189
INSS e IRRF a recolher	1.752	1.468	-	-	1.752	1.468
Total tributos a recolher	17.452	13.951	11.972	-	29.424	13.951
	51.559	62.114	182.282	185.145	233.841	247.259

Bombril S.A.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Obrigações tributárias--Continuação

	Consolidado					
	Circulante		Não circ	Não circulante		al
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Parcelamentos						
Parcelamento - Refis IV (a)	16.778	15.367	135.680	144.941	152.458	160.308
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado	-	316	-	-	-	316
PEP - Programa Especial de Parcelamento (b)	4.856	6.746	10.253	15.128	15.109	21.874
Parcelamento ICMS (c)	8.158	8.955	12.570	11.319	20.728	20.274
Parcelamento IPI (d)	1.548	1.472	1.806	3.189	3.354	4.661
Parcelamento INSS (e)	1.566	1.488	1.958	3.348	3.524	4.836
Parcelamento - Refis PRT (f)	402	13.098	1.212	-	1.614	13.098
Parcelamento Multa CLT PERT - Programa Especial de Regularização	59	-	112	-	171	-
Tributária (g)	740	721	6.719	7.220	7.459	7.941
Total parcelamentos	34.107	48.163	170.310	185.145	204.417	233.308
Tributos a recolher						
ICMS a recolher	11.794	8.170	-	-	11.794	8.170
IPI a recolher	2.231	1.074	-	-	2.231	1.074
ISS a recolher	127	50	-	-	127	50
PIS/COFINS a recolher (h)	1.992	0	11.972	-	13.964	-
IRPJ/CSLL a recolher	816	3.311	_	-	816	3.311
INSS e IRRF a recolher	1.756	1.469	-	-	1.756	1.469
Total tributos a recolher	18.716	14.074	11.972	-	30.688	14.074
	52.823	62.237	182.282	185.145	235.105	247.382

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Obrigações tributárias--Continuação

(a) REFIS IV

A Companhia aderiu em 27 de outubro de 2009 ao programa de refinanciamento de dívidas com a União (REFIS IV) para pagamento de débitos tributários em 180 parcelas mensais. Os débitos tributários referem-se ao PIS, à COFINS, ao IRPJ e à CSLL. A seguir demonstramos a movimentação do parcelamento:

Controladora e

	consolidado
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31/12/17	168.302
Juros no exercício findo em 31/12/18	6.593
(-) Pagamentos no exercício findo em 31/12/18	(14.587)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31/12/18	160.308
Juros no exercício findo em 31/12/19	8.047
(-) Pagamentos no exercício findo em 31/12/19	(15.897)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31/12/19	152.458

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$152.458 é devido em 118 parcelas mensais com juros à taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e, 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$160.308 era devido em 130 parcelas mensais.

(b) PEP

Parcelamento de débitos tributários de ICMS. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$15.109 é devido em 43 parcelas mensais com juros à taxa SELIC e, em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$21.874 é devido em 55 parcelas mensais.

(c) ICMS

Parcelamento ordinário de débitos fiscais na SEFAZ dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Pemambuco e Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$20.728 é devido em 32 parcelas mensais com juros à taxa SELIC e, em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$20.274 é devido em 44 parcelas mensais.

(d) <u>IPI</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$3.354 é devido em 27 parcelas mensais com juros à taxa SELIC e, em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$4.661 é devido em 39 parcelas mensais.

(e) INSS

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$3.524 é devido em 27 parcelas mensais (dívida renegociada em abril de 2017) com juros à taxa SELIC e, em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$4.836 é devido em 39 parcelas mensais.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Obrigações tributárias--Continuação

(f) PRT - Programa de Regularização Tributária - MP Nº766/2017

Em fevereiro de 2017, a Companhia optou pela adesão ao programa de regularização tributária (PRT) —o que possibilitou regularizar sua dívida tributária consolidada até novembro de 2016 com o pagamento em espécie de 24%, em 24 prestações mensais e sucessivas, utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL da Companhia e de empresas controladas — aquisição de créditos de outras empresas, na forma do art. 2º, §2º da MP n.º 766/2017) e saldo remanescente em 60 prestações mensais e sucessivas. A adesão ao programa gerou benefícios para o fluxo de caixa da Companhia, garantindo a quitação de débitos tributários em aberto no montante de R\$147.731 mediante compensação com prejuízos e base negativa, sem impactar, portanto, o caixa, que poderá ser integralmente alocado para suas atividades operacionais.

Em 29 de junho de 2018, a Companhia prestou as informações necessárias à consolidação dos débitos de competência da Receita Federal do Brasil incluídos no PRT.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$1.614 é devido em 50 parcelas mensais com juros à taxa SELIC e, em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$13.098 é devido em 66 parcelas mensais.

A redução no saldo do parcelamento Refis PRT se deve à correspondente amortização ocorrida em janeiro de 2019, ocasião em que foram pagas as parcelas em atraso de agosto, setembro, novembro e dezembro de 2018, além das parcelas do ano corrente, totalizando R\$11.484.

(g) PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (MP 783/17)

Em agosto de 2017, a Companhia optou pela adesão ao PERT nos âmbitos da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o que possibilitou regularizar débitos que vinham sendo objetos de discussão judicial. Com base na opinião dos assessores jurídicos, as chances de êxito nestas campanhas eram baixas e tais valores já tinham provisões estabelecidas. Diante das condições estabelecidas pelo programa, a Companhia optou por garantir os descontos de 80% para juros e 40% para multa. O resultado final apurado foi de dívidas de R\$14.980 para com a Receita Federal do Brasil e de R\$2.138 para com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, totalizando R\$5.590 de impostos, R\$11.528 de multa, juros e encargos, reduzidos por R\$7.796 de desconto previstos em lei a serem pagos com uma entrada de 7,5% no valor de R\$1.123 (parcelados em 5 meses) e com saldo de R\$8.199 (parcelados em 145 meses). Em 31 de dezembro de 2019, o saldo remanescente é de R\$7.459 e devido em 121 parcelas mensais.

(h) O aumento no saldo de PIS/COFINS se deve à efetiva exclusão das contribuições da própria base de cálculo, cujo direito foi reconhecido em sentença proferida em 10 de abril de 2019, pela 1ª Vara Federal de São Bernardo do Campo, nos autos do mandado de segurança 5005938-27.2018.4.03.6114, sendo constituída provisão até que ocorra o devido trânsito em julgado, com base nas opiniões dos assessores jurídicos do Grupo.

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração dos resultados por excluir receitas tributáveis ou despesas dedutíveis verificadas em outros exercícios, além de excluir receitas não tributáveis ou despesas não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos—Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, verificadas no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos e passivos, decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente, são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia realizará tais diferenças.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-contábeis, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. A premissa de lucros futuros é baseada na produção, planejamento de vendas, preços dos insumos, custos operacionais, reestruturação e planejamento de custos de capital, e gera o orçamento plurianual da Companhia, o qual foi examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia em 16 de dezembro de 2019.

18.1. Apuração do IRPJ e da CSLL com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
-	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(Prejuízo) líquido antes dos impostos	(43.057)	69.026	(44.457)	67.677
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Crédito (Débito) de imposto de renda e contribuição				
social calculada à alíquota de 34%	14.639	(23.469)	15.115	(23.010)
Exclusão permanente - reclassificação do saldo de				
ajuste acumulado de conversão	-	53.063	-	53.063
Equivalência patrimonial	296	244	-	-
Multas indedutíveis	(277)	(234)	(277)	(234)
Efeito do imposto de renda sobre diferenças				
temporárias e prejuízos fiscais cujos (créditos)	(13.766)	(30.776)	(13.766)	(30.776)
débitos não foram registrados no exercício				
Outras diferenças permanentes	1.678	2.312	2.898	3.446
Receita de imposto de renda e contribuição social				
reconhecida no resultado	2.570	1.140	3.970	2.489
Alíquota efetiva	6%	-2%	9%	-4%

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

18.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora

	o o i i i o i a a o i a			
	31/12/2018 Re	conhecido no resultado	Efeito de 2019 (a)	31/12/2019
Ativo diferido			(-7	
Prejuízo fiscal e base negativa	33.065	804	(5.748)	28.121
Contingências tributárias	1.142	(90)	-	1.052
Contingências cíveis	17.292	4.502	-	21.794
Contingências trabalhistas	4.662	843	-	5.505
Participação nos lucros	203	1.182	-	1.385
Outras contas a pagar	2.618	387	-	3.005
Provisão para perdas de créditos	4.925	(1.929)	-	2.996
Provisão para perda nos estoques	1.911	(755)	-	1.156
Outros	6.105	804	-	6.909
Efeito adoção IFRS 9 e IFRS 15	4.565	-	-	4.565
Subtotal IRPJ/CSLL diferido ativo	76.488	5.748	(5.748)	76.488
Passivo diferido	31/12/2018 Re	conhecido no resultado		31/12/2019
Custo atribuído	(671)	74	-	(596)
Subtotal IRPJ/CSLL diferido passivo	(671)	74	-	(596)
Imposto diferido líquido	75.817	74	-	75.892
-				

⁽a) Refere-se a acréscimo de ativo fiscal diferido não registrado até o momento e a ser utilizado em compensações de períodos futuros

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

18.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Ativo diferido resultado	de 2019 (a)	31/12/2019
Draining final above regative		
Prejuízo fiscal e base negativa 33.065 804	(5.748)	28.121
Contingências tributárias 1.142 (90)	-	1.052
Contingências cíveis 17.292 4.502	-	21.794
Contingências trabalhistas 4.662 843	-	5.505
Participação nos lucros 203 1.182	-	1.385
Outras contas a pagar 2.618 387	-	3.005
Provisão para perdas de créditos 4.925 (1.929)	-	2.996
Provisão para perda nos estoques 1.911 (755)	-	1.156
Outros 6.105 804	-	6.909
Efeito adoção IFRS 9 e IFRS 15 4.565 -	-	4.565
Realização do Custo atribuído e reserva avaliação (671) 75	-	(596)
Subtotal IRPJ/CSLL diferido ativo 75.817 5.823	(5.748)	75.892
Variação cambial não realizada 1.524 -		1.524
Realização do Custo atribuído e reserva avaliação (47.367) 1.400	-	(45.967)
Subotal IRPJ/CSLL diferido passivo (45.843) 1.400	-	(44.443)

Em 31 de dezembro de 2019, a parcela do ativo fiscal diferido não registrada pela Companhia em virtude de não haver, até o exercício findo, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização e que ultrapassa o período de 10 anos é de R\$37.639. Esse valor de ativo fiscal diferido tem como base saldo de prejuízos fiscais, de bases negativas, de diferenças temporárias dedutíveis e de créditos fiscais não utilizados no valor total de R\$112.360. Os prejuízos fiscais e bases negativas podem compensar até 30% do lucro anual e são imprescritíveis, conforme legislação fiscal brasileira vigente.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

18.3 Estimativas de realização dos ativos diferidos ativos

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia, a estimativa de realização dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

R\$
2.498
3.528
4.071
5.262
7.344
33.559
20.226
76.488

Durante o exercício de 2019, a Companhia reconheceu provisões do ágio lysoform, da recuperabilidade dos ativos imobilizados e de processos cíveis, assim como atualizou os custos dos insumos de produção atrelados ao dólar. Com isso, a Companhia reavaliou as projeções de resultado tributável e, do montante de R\$3.471 de ativo fiscal diferido anteriormente estimado para realização em 2019, a Companhia compensou o valor de R\$ 904, sendo o restante incluído nos períodos seguintes.

19. Provisões diversas

Controla	adora	Consolidado	
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
68.491	50.949	68.491	50.950
8.838	7.714	9.132	7.714
2.495	2.724	2.495	2.724
1.433	1.476	1.434	1.476
81.257	62.863	81.552	62.864
12.766	11.914	13.061	11.914
68.491	50.949	68.491	50.950
	31/12/2019 68.491 8.838 2.495 1.433 81.257	68.491 50.949 8.838 7.714 2.495 2.724 1.433 1.476 81.257 62.863 12.766 11.914	31/12/2019 31/12/2018 31/12/2019 68.491 50.949 68.491 8.838 7.714 9.132 2.495 2.724 2.495 1.433 1.476 1.434 81.257 62.863 81.552 12.766 11.914 13.061

⁽a) Substancialmente representado por processos de compra e venda de títulos e tributação sobre lucros de controlada no exterior, conforme descrito na nota 21.

⁽b) Substancialmente representada pela provisão de serviços e consultorias.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Outros passivos

	Controladora		Consoli	ado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Comerciais	6.112	13.778	6.112	13.778	
Energia Elétrica	1.501	1.536	1.501	1.536	
Fretes	3.943	10.621	3.550	10.621	
Outras	995	1.734	994	1.734	
	12.551	27.669	12.157	27.669	
Circulante	12.064	27.210	11.670	27.210	
Não circulante	487	459	487	459	

21. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e puder ser mensurada com razoável segurança. A contrapartida da obrigação é uma despesa no resultado do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou administrativo ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a probabilidade de desembolso não seja mais considerada provável ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e as incertezas inerentes ao ambiente legal envolvem o exercício de julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros para determinar as estimativas de perda.

21.1. Composição

	Controlade	ora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Trabalhistas (a)	16.191	13.712	16.429	14.475	
Cíveis (b)	64.101	50.859	64.101	50.859	
Fiscais (c)	3.096	3.360	3.261	3.360	
	83.388	67.931	83.791	68.694	

(a) O saldo está pulverizado em diversas ações, as quais têm por objeto discussões sobre: (i) acidentes de trabalho; (ii) horas extras e reflexos; (iii) sobreaviso e reflexos; (iv) equiparação salarial e reflexos; (v) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vi) adicional de periculosidade; vii) adicional de insalubridade; (viii) danos morais e materiais; (ix) reconhecimento de doença ocupacional; (x) reintegração; (xi) desvio e acúmulo de função, entre outros.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis--Continuação

21.1. Composição--Continuação

- (b) As ações possuem características diversas. As principais demandas judiciais cíveis referem-se a:
 - (i) ação monitória da Massa Falida da Finsec S.A., empresa que detinha títulos de dívida da Companhia e que, segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis, tem perspectiva de perda em parte provável e em parte possível. Na ação discute-se valores informados em laudos periciais que utilizam metodologia de atualização e base documental diversas. Em sentença de 1ª instância, o juiz acolheu o laudo de menor valor envolvido, considerando a evolução da dívida baseada em extratos bancários, e não unicamente em contratos. O processo está em sede de julgamento de recurso de apelação no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O valor provisionado nessa ação é de R\$37.442 em 31 de dezembro de 2019.

Numa outra demanda judicial movida pela massa falida do Banco Santos S.A. em que também era cobrado montante oriundo de empréstimo, ocorreu julgamento final de recurso de forma desfavorável à Companhia perante o STJ - Superior Tribunal de Justiça, tendo sido quitado o débito mediante levantamento dos depósitos judiciais pelo autor da ação para quitação do montante devido (R\$8.166). O processo foi arquivado em setembro de 2019 e a Companhia baixou o saldo de depósitos judicias contra a provisão constituída para essa demanda.

- (ii) julgamento desfavorável de recurso da Companhia no STJ Superior Tribunal de Justiça, gerando provisionamento de honorários de sucumbência no valor de R\$8.609 em 31 de dezembro de 2019 referente a ação de ressarcimento de 2007 em face da empresa TrendBank Investimentos, Participações e Representações Ltda. no âmbito de contrato denominado Instrumento Particular de Contrato de Reestruturação Financeira e Operacional e Outras Avenças, na importância histórica de R\$21.756.
- (iii) ação de indenização por descumprimento de contrato movida pela empresa Embalagens Flexíveis Diadema Ltda. ("Autora") em face da Companhia. O litígio trata de ônus rescisórios em contrato de fornecimento de embalagens de lã de aço contratado com a Companhia em 2006, na qual, alega a Autora que a Bombril deixou de realizar pedidos mínimos de compra. A indenização se refere ao lucro sobre o volume mínimo não adquirido pela Companhia. Houve procedência parcial da ação em apelação, e julgamento desfavorável em sede recursal no STJ. Ainda há pendência de recurso de embargos de divergência; no entanto, foi iniciada Execução Provisória relativa a condenação, cujo valor será definido em liquidação de sentença, e em razão disso, os assessores jurídicos da Companhia classificaram parte do risco como perda provável e parte como perda possível. Com base em cálculo de assessores da Companhia realizado no último trimestre de 2019, o qual apontou que o montante do lucro da Autora determinado judicialmente para fins de ressarcimento na referida ação seria superior ao valor já provisionado, foi necessário o adequado incremento de provisão.
- (c) A Companhia questiona, administrativa e judicialmente, a constitucionalidade da natureza tributária, bases de cálculo, alterações de alíquotas e determinados tributos e contribuições sociais. O processo de maior valor provisionado refere a não homologação de pedido de compensação de crédito de COFINS, relativo ao período de apuração de setembro de 2006, estando aguardando julgamento de Recurso Voluntário apresentado pela Companhia após sua manifestação de inconformidade ter sido julgada improcedente, envolvendo o montante de R\$880 em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis--Continuação

21.2. Movimentação da provisão para demandas judiciais

	Controladora			Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13.712	50.859	3.360	67.931	14.475	50.859	3.360	68.694
Constituição de provisão	3.503	13.343	-	16.846	3.513	13.343	-	16.856
Atualização	1.491	10.805	179	12.475	1.565	10.805	344	12.714
Baixas por pagamentos	(2.515)	(10.906)	(443)	(13.864)	(3.124)	(10.906)	(443)	(14.473)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	16.191	64.101	3.096	83.388	16.429	64.101	3.261	83.791

21.3. Riscos com probabilidade de perda considerada possível

Os passivos contingentes não são provisionados pela Companhia quando classificados com probabilidade de perda *possível*. As ações discutidas nas esferas administrativa e judicial são as seguintes:

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas (a)	17.676	13.546	17.700	13.567
Cíveis (b)	27.250	48.647	27.314	48.647
Fiscais (c)	4.599.792	4.319.059	4.611.694	4.331.010
	4.644.718	4.381.252	4.656.708	4.393.224

- (a) Trabalhistas: Inclui (i) ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas do Estado de Pernambuco, relativo a pedido de insalubridade; (ii) reclamações trabalhistas com pleito de anulação de justa causa e estabilidade; e (iii) reclamações trabalhistas referente a empregados que exerciam atividade externa, com pleito de horas extras e diferenças salariais.
- (b) Cíveis: os passivos de natureza cível de risco possível de valores mais significativos são oriundos de processos judiciais envolvendo discussões relativas (i) Valor cobrado em ação monitória movida pela Massa Falida da FINSEC (21.1.b.i. acima), pertencente ao Grupo Banco Santos, em que se discute o montante devido pela Companhia, baseado em laudos periciais que utilizam metodologia de atualização e base documental diversas. Foi proferida sentença em 1ª instância sendo acolhido o laudo de menor valor envolvido. O processo está em fase de apelação e o valor de risco possível é de R\$15.629 em 31 de dezembro de 2019; e (ii) conforme divulgado em nota anterior (21.1.b.iii acima), há em curso ação de indenização por descumprimento de contrato, cujo objeto era o fornecimento de embalagens de lã de aço à Companhia. O valor relativo a perda provável está provisionado, conforme divulgado na supracitada nota, e o restante do valor em discussão está sendo classificado pelos assessores legais da Companhia como perda possível, no montante de R\$8.829 em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis--Continuação

21.3. Riscos com probabilidade de perda considerada possível--Continuação

(c) Fiscais: os passivos contingentes de natureza tributária mais significativos são oriundos de processos administrativos e judiciais relativos a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, a qual reclama por imposto de renda que entende deveria ter sido retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior, (T-BILLS, T-Bonds, Argentine Global Bonds) entre os anos de 1998 e 2001. Um dos autos de infração ("Al") é referente ao exercício de 1998 e teve julgamento favorável à Companhia em recurso voluntário, anulando 99% do seu valor. Contudo, a PGFN interpôs Recurso Especial e obteve êxito, reformando a decisão, e retornando com a cobrança integral do Al. Em 21/3/2011, foi ajuizada Execução Fiscal, tendo a Companhia apresentado Embargos a Execução e apresentado bens em garantia, cuja avaliação ainda está pendente de conclusão pelos Oficiais de Justiça. Os referidos Embargos a Execução foram julgados procedentes em parte, reduzindo o valor da multa de 150% para 75%. Em sede de apelação da Companhia e da PGFN em 16/2/2019, houve procedência parcial de ambos os recursos, sendo restabelecida a multa de 150% e excluída a condenação em honorários de sucumbência. Em face dessa decisão foi apresentado recurso de Embargos de Declaração, que foi rejeitado. Na sequência foram apresentados Recurso Especial ao STJ -Superior Tribunal de Justiça, que foi admitido em juízo de admissibilidade no TRF-3, e Recurso Extraordinário ao STF - Supremo Tribunal Federal, que não foi admitido, tendo a Companhia apresentado recurso de Agravo de Instrumento em face dessa decisão. Em 8 de outubro de 2019 foi celebrado NJP - Negócio Jurídico Processual com a PGFN ficando acordada a penhora mensal de faturamento de 0,5% (meio por cento) sobre Receita Operacional Líquida, mediante depósito judicial nos autos até a decisão final transitada em julgado acerca do cancelamento, ou não, da dívida. O valor envolvido nessa ação é R\$482 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Há também auto de infração referente ao exercício de 1999 que é objeto de Execução Fiscal ajuizada em 3/6/2011, tendo a Companhia apresentado Embargos à Execução Fiscal. Em 29/8/2016, houve sentença parcialmente procedente que reduziu a multa de 150% para o percentual de 75%. Ambas as partes apresentaram Recurso de Apelação e atualmente os autos aguardam julgamento do TRF3 – Tribunal Regional Federal da 3º Região. Em 29 de julho de 2019 foi concedida medida liminar pelo Des. Relator da apelação junto a 4ª Turma do TRF-3 Tribunal Regional Federal da 3ª Região, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito fiscal até o julgamento da apelação. O valor envolvido nessa ação é de R\$482 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Há um terceiro auto de infração referente ao exercício de 2000 e o mesmo encontra-se em fase administrativa junto ao CARF, tendo ocorrido julgamento parcialmente favorável à Companhia em Recurso Voluntário. Contra essa decisão foi apresentado Recurso Especial pela PGFN e Embargos de Declaração pela Companhia, estando o primeiro pendente de julgamento e o segundo, tendo sido provido, está pendente de notificação da Companhia acerca do resultado e abertura de prazo para apresentação do Recurso Especial pela Companhia. O valor envolvido neste processo é de R\$2.574 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis--Continuação

21.3. Riscos com probabilidade de perda considerada possível--Continuação

O quarto auto de infração, referente ao exercício de 2001, teve julgamento favorável no CARF em sede de recurso voluntário, anulando 99,2% do auto de infração. Posteriormente a esta decisão, a Fazenda interpôs recurso especial, o qual foi admitido e provido pelo voto de qualidade do presidente do CARF. Após a decisão desfavorável no CARF, a Companhia apresentou dois recursos de Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Contra a decisão do presidente do CARF em sede de voto de qualidade, a Companhia impetrou, em 19 de março de 2019, Mandado de Segurança com pedido liminar para discutir a ilegalidade do ato coator, estando o mesmo pendente de apreciação do pedido liminar junto ao juízo de 1ª Instância da Justiça Federal do Distrito Federal. Com relação ao percentual de 0,8% anteriormente desfavorável à Companhia, essa parte do débito havia sido segregada e exigida em outro processo, mas a PGFN reuniu novamente os débitos em um único processo. Em 14 de fevereiro de 2019, a Companhia ajuizou Ação Anulatória em face do referido auto de infração, pleiteando o reconhecimento da nulidade do lançamento em razão de vício formal decorrente de erro no enquadramento legal pela Autoridade Fiscal. O pedido liminar foi indeferido e em face dessa decisão foi apresentado recurso de Agravo de Instrumento, sendo que em 12 de junho de 2019 foi proferida decisão pelo Tribunal Regional Federal da Terceira Região deferindo a tutela antecipada para suspender a exigibilidade de 94% do crédito tributário contido na autuação fiscal, o que representa em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$898 milhões. Em julgamento do mérito desse Agravo ocorrido em 5 de dezembro de 2019, ocorreu o não provimento do recurso com a consequente revogação da liminar ora concedida. Em face dessa decisão a Companhia apresentou Recurso Especial ao STJ - Superior Tribunal de Justiça. Em relação aos 6% do crédito tributário que não havia sido alcançado pela liminar supracitada, equivalente 31 de dezembro de 2019 ao montante de R\$67 milhões, a PGFN realizou o desmembramento das CDA's - Certidões de Dívida Ativa e ajuizou Execução Fiscal, tendo sido a Companhia citada em 21 de janeiro de 2020, e no prazo legal apresentou defesa de exceção de pré-executividade.

21.4. Depósitos Judiciais

A Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas. Em 31 de dezembro de 2019, o montante é de R\$23.950 (R\$10.435 em 31 de dezembro de 2018), na controladora, sendo que R\$12.471 referem-se a processos de natureza trabalhista, R\$9.086 refere-se a processos de natureza cível, e R\$2.393 referem-se a processos de natureza fiscal.

A variação ocorrida comparativamente ao saldo de 31 de dezembro de 2018, refere-se a (i) troca de garantia de valores por depósito judicial referente a ação contextualizada na Nota 21.1.b, no valor de R\$8.609, (ii) depósitos sobre penhora de faturamento, conforme informado na Nota 21.3.c, no valor de R\$2.364 e (iii) novos depósitos e movimentações, além da atualização monetária dos valores totalizando R\$2.498.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Composição

Em 31 de dezembro de 2019, o capital está representado por ações ordinárias ("ON") e ações preferenciais ("PN") conforme segue:

	Em 31 de de	zembro de 2019	Em 31 de dez	embro de 2018
Acionista	ON	PN	ON	PN
Ronaldo Sampaio Ferreira	103.273.447	36.451.602		
Newco International Ltd.	27.413.985	15.439.898	13.072.000	-
BHD Participações S.A.	6.927.885	-	6.928.000	-
Investidores institucionais	-	10.309.215	-	5.845.484
Investidores pessoa física	-	23.776.130	-	4.723.177
Investidores pessoa jurídica	-	36.886.728	-	16.092.705
Investidoresinstitucionais estrangeiros no mercado local	_	-	-	7.372.333
Investidores estrangeiros em ADRs	-	30.889	-	30.889
· ·	137.615.317	122.894.462	20.000.000	34.064.588

Em 5 de setembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital social no valor de R\$84.643 em decorrência da conversão de 66.002.424 debêntures emitidas e subscritas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debentures Conversíveis em Ações, com a consequente emissão de 117.615.317 novas ações ordinárias e 88.829.873 novas ações preferenciais, totalizando 206.445.190 novas ações distribuídas aos debenturistas na forma da Escrituração de Emissão.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de dividendo de 10% superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

Capital social adicional autorizado

O capital social adicional, previamente autorizado pelos acionistas, é de 60.000.000 ações, sendo 20.000.000 para ações ordinárias e 40.000.000 para ações preferenciais.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Patrimônio líquido--Continuação

22.2. Programa de American Depositary Receipts

Em 6 de junho de 1994, foi iniciado o programa de *American Depositary Receipts* - ADR nível 1, aprovado pela *Securities Exchange Commission* (SEC), dos Estados Unidos da América, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Esse programa dá aos detentores de ações preferenciais da Bombril S.A. o direito de depositarem suas ações em custódia no Banco Bradesco S.A., em São Paulo, e receberem *American Depositary Receipts*-ADR em Nova York.

Estão depositadas no The Bank of New York 30.889 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, equivalentes a 30.889 ADR's o que representa 0,01% do capital total em 2019.

22.3. Outras reservas

Outras reservas incluem:

22.3.1 Reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2019, a reserva de reavaliação reflexa da controlada Bril Cosméticos S.A., líquida dos efeitos tributários, é de R\$24.096 (R\$26.201 em 31 de dezembro de 2018).

22.3.2 Custo atribuído

Os ajustes por adoção do custo atribuído ao ativo imobilizado, líquido dos efeitos tributários, é de R\$1.146 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.301 em 31 de dezembro de 2018). O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2019 é de R\$62.543 (R\$63.300 em 31 dezembro de 2018). O custo atribuído é realizado ao ativo imobilizado registrado em ajuste de avaliação patrimonial, de acordo com a depreciação, alienação ou baixa do respectivo ativo imobilizado, contra a rubrica de lucros/(prejuízos) acumulados.

23. Informações por segmento

A Administração da Bombril definiu o segmento de Higiene e Limpeza como sendo o principal e único segmento operacional de negócio, baseando-se nos relatórios utilizados pelos representantes da governança (presidência e corpo diretivo), os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas.

As metas de avaliação de desempenho, alocações de recursos e gestão do negócio são definidas e acompanhadas considerando o segmento de higiene e limpeza como um todo.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Receita líquida de vendas

A receita de venda com cliente é reconhecida quando o controle dos produtos é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses produtos. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita.

As estimativas e premissas contábeis mais significativas relacionadas a receita de contrato com cliente estão relacionadas com a estimativa de devoluções, a qual é apurada com base na média histórica.

Obrigações de performance

A obrigação de performance é satisfeita na entrega do produto e o pagamento é devido geralmente dentro do prazo médio de 42 dias da data de entrega. Alguns contratos proporcionam aos clientes um direito de devolução e abatimentos por volume que dão origem a uma contraprestação variável.

Contraprestação variável

A Companhia mantém contratos de fornecimento firmados com alguns de seus principais clientes, com previsão de descontos, os quais são reconhecidos e contabilizados no momento do faturamento para esses clientes, na rubrica de investimentos comerciais, no resultado, redutora da receita bruta, podendo ser abatidos ou pagos de acordo com a negociação comercial.

Alguns contratos de venda fornecem aos clientes o direito de devolução e abatimentos decorrente de acordos comerciais, que contemplam acordos logísticos, volume e inauguração de lojas. Estes direitos dão origem a contraprestação variável.

Direito de devolução

A Companhia pratica como regra conceder o direito de devoluções aos seus clientes, desde que no momento do recebimento dos produtos em seu estabelecimento promovam a sua inspeção, e, caso identifiquem algum problema de qualidade ou avaria, realizem a devolução desses produtos. Exceções à essa regra são tratadas pontualmente em contrato. Os valores decorrentes das devoluções são os mesmos praticados nas vendas dos produtos, mantendo a política de abatimentos nos valores devidos, caso ainda não tenha sido pago pelo cliente.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Receita líquida de vendas--Continuação

Contraprestação variável

Acordos logísticos

A Companhia oferece abatimentos baseados em acordo logísticos, que consiste na entrega de mercadoria em centros de distribuição indicados pelo cliente ao invés das lojas pertences a sua rede, além de descontos decorrentes de atraso na entrega ou "no show". Estes abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia adota com base na média histórica o método do valor esperado. Em seguida, a Companhia reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

Inauguração e reinauguração de lojas

Algumas redes varejistas exigem verba por inauguração, paga na abertura de uma nova unidade da rede varejista, e verba de reinauguração, cobrada quando houver reestruturação, ampliação ou reforma de uma unidade. As verbas são compensadas com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável. Em seguida, a Companhia reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

Abatimentos por volume

A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Receita líquida de vendas--Continuação

Ativos de direito de devolução e passivos de reembolso

	2019	2018
Ativos de direito de devolução – estoques (Nota 5)	1.420	1.581
Passivos de reembolso relacionados a direito de devolução	(2.495)	(2.724)
•	(1.075)	(1.143)

A Companhia não possui desagregação de receita, conforme pode ser verificado na nota explicativa n. 22 – Informação por Segmento.

	Contr	oladora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	
Receita bruta tributável	1.583.748	1.457.536	1.585.319	1.457.536	
(-) Deduções	(109.561)	(99.419)	(109.561)	(99.428)	
(-) Impostos sobre receita	(415.875)	(383.675)	(416.012)	(383.918)	
Receita líquida de vendas	1.058.312	974.442	1.059.746	974.190	

A Companhia, durante o exercício de 2019, reclassificou os saldos de operações de verbas comerciais, anteriormente classificados em despesas com vendas, para a rubrica de deduções da receita bruta, referente aos valores de acordos comerciais com os clientes da Companhia. Os valores de 2018 também foram reclassificados para manter a comparabilidade com a apresentação de 2019.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas nas demonstrações dos resultados

A Companhia apresentou as informações dos resultados utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

_	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
_		(reapresentado)		(reapresentado)	
Insumos	(506.429)	(469.038)	(506.429)	(469.038)	
Despesas com pessoal	(167.189)	(171.412)	(167.825)	(171.426)	
Energia elétrica	(14.716)	(16.479)	(14.716)	(16.479)	
Manutenção	(18.973)	(16.950)	(18.973)	(16.959)	
Depreciação e amortização	(18.458)	(20.470)	(21.976)	(24.014)	
Depreciação direito de uso de bens arrendados	(2.569)	-	(2.384)	-	
Desp. Promoção Vendas	(6.551)	(11.582)	(6.564)	(11.588)	
Desp. Propaganda e Marketing	(1.364)	(2.734)	(1.364)	(2.734)	
Despesa de Aluguéis	(10.440)	(16.245)	(10.440)	(13.736)	
Despesas com fretes	(122.793)	(113.610)	(122.794)	(113.612)	
Outras despesas	(86.924)	(81.729)	(87.191)	(81.805)	
<u>-</u>	(956.406)	(920.249)	(960.656)	(921.391)	
Custo dos produtos vendidos (a)	(646.941)	(608.768)	(648.719)	(607.747)	
Despesas com vendas	(223.024)	(225.872)	(224.192)	(227.028)	
Despesas administrativas	(85.924)	(85.609)	(87.284)	(86.616)	
	(955.889)	(920.249)	(960.195)	(921.391)	

⁽a) Substancialmente composto por insumos de produção, tais como químicos, aço e embalagens.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Outras despesas operacionais líquidas

	Controlad	dora	Consolid	ado
_	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com multas fiscais	(435)	(360)	(436)	(411)
PIS e COFINS sobre outras receitas	(19)	(463)	(22)	(413)
Créditos extemporâneos de PIS e COFINS	1.517	(2.479)	1.517	(2.479)
Receita (despesa) com energia elétrica	1.021	182	1.021	182
Receita (despesa) por avarias em transportadoras	62	(392)	55	(392)
Receita (despesa) com venda de Imobilizado	(57)	65	(139)	65
Provisão para contingências e honorários de sucesso	(34.252)	(46.655)	(34.351)	(46.819)
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas	1.354	2.161	955	2.101
Recuperação de créditos baixados	1.653	-	1.653	-
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	(4.910)	(6.987)	(4.792)	(6.987)
Baixa de intangível	(5.193)	-	(5.303)	-
Outras	1.442	(1.179)	1.280	(2.360)
	(37.817)	(56.107)	(38.562)	(57.513)

27. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolida	ado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Juros sobre empréstimos, fomento e duplicatas descontadas	(92.400)	(72.684)	(91.393)	(72.668)
Juros sobre impostos	(11.859)	(11.594)	(11.864)	(11.598)
Juros por renegociação com fornecedores	(1.346)	(1.817)	(1.346)	(1.817)
Variação cambial líquida (a)	9	156.506	9	156.507
Receitas financeiras	1.397	2.401	1.756	3.156
Outras despesas financeiras	(2.593)	(1.155)	(2.608)	(1.189)
Total	(106.792)	71.657	(105.446)	72.391

⁽a) Reclassificação do saldo de ajuste acumulado de conversão de balanço devido a liquidação da controlada Bombril Overseas.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

28. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias da Bombril S.A. em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Preferênciais	Ordinárias	Total	Preferênciais	Ordinárias	Total
Númerador básico						
Lucro (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações	(19.429)	(21.058)	(40.487)	25.956	44.210	70.166
Denominador básico						
Média ponderada de ações	57.701.348	62.538.821	120.240.169	20.000.000	34.064.588	54.064.588
Lucro (Prejuízo) básico por ação (R\$)	(0,37039)	(0,30305)	(0,33672)	1,16804	1,42760	1,29782
Númerador diluído						
Lucro (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações	(19.429)	(21.058)	(40.487)	25.956	44.210	70.166
Denominador diluído						
Média ponderada de quantidade de ações	57.701.348	62.538.821	120.240.170	20.000.000	34.064.588	54.064.588
Debêntures conversiveis em ações		-		24.416.139	41.586.285	66.002.424
Média ponderada diluída das ações	57.701.348	62.538.821	120.240.170	44.416.139	75.650.873	120.067.012
Lucro (Prejuízo) diluído por ação (R\$)	(0,37039)	(0,30305)	(0,33672)	0,64283	0,52595	0,58439

As ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e, em 2018, a Companhia possuia debêntures com potencial efeito diluidor, as quais foram consideradas no cálculo do lucro de ação - diluído.

29. Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Classificação e mensuração – ativos e passivos financeiros

O IFRS 9 / CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Instrumentos financeiros e riscos operacionais--Continuação

Redução ao valor recuperável (impairment) - ativos financeiros e ativos contratuais

A Companhia mensura as perdas de crédito por meio do modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas", o qual se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Para as contas a receber, a Companhia realizou o cálculo da perda esperada tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, classificação de risco dos seus clientes, ajustada por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Considerações sobre riscos

i) Risco de crédito

O Grupo restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração adequada às taxas de mercado. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas, conforme nota explicativa nº 5.

ii) Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influência o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. As compras de matérias primas ocorrrem com clientes locais e em Reais baseadas nas cotações dos produtos em dólar. O Grupo não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Devido ao montante de operações com taxas pós-fixadas não ser significativo, o Grupo não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Instrumentos financeiros e riscos operacionais--Continuação

a) Considerações sobre riscos--Continuação

iv) Risco de preço dos insumos

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia tem como diretriz diversificar seus fornecedores de insumos, abrindo frequentes cotações, tanto para fornecedores cadastrados, quanto para fornecedores entrantes, além do monitoramento permanente das oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos.

v) Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O endividamento líquido é o seguinte:

	Controlade	ora	Consolida	do
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Dívida	320.150	293.512	320.188	294.468
Caixa e equivalentes de caixa	(11.545)	(12.166)	(13.237)	(13.918)
Aplicações financeiras compromissadas	(7.624)	(6.700)	(7.802)	(16.635)
Dívida líquida	300.981	274.646	299.149	263.915
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	285.117	241.389	285.117	241.389
Quociente de alavancagem	106%	114%	105%	109%

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e Consolidado e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Instrumentos financeiros e riscos operacionais--Continuação

- a) Considerações sobre riscos--Continuação
 - v) Risco de liquidez--Continuação

Tabelas do risco de liquidez e juros--Continuação

	Taxa de juros	Controladora					
	efetiva média	Menos de	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 a 5	Mais de	
	ponderada	1 mês	meses	a 1 ano	anos	5 anos	Total
31 de dezembro de 2019	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas e pré fixadas	1,37 a.m.	30.993	41.514	31.359	33.388	-	137.254
Instrumentos a taxas de prefixadas - Finame	0,37 a.m.	303	761	1.914	373	-	3.351
Instrumentos a taxas de prefixadas - Fomento	2,40 a.m.	13.770	-	-	-	-	13.770
Instrumentos a taxas de prefixadas - Cessão de duplicatas	1,83 a.m.	-	132.318	-	-	-	132.318
Instrumentos a taxas de prefixadas - Conta garantida	1,30 a.m.	5.338	-	-	-	-	5.338
Instrumentos a taxas de prefixadas - Debêntures	2,00 a.m.	-	-	13.374	42.350	-	55.724
Instrumentos a taxas de prefixadas - Arrendamento Mercantil	1,16 a.m.	23	70	187	140	-	420
		50.427	174.663	46.834	76.251	-	348.175
31 de dezembro de 2018	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	1,16 a.m.	-	44.290	35.347	23.628	-	103.265
Instrumentos a taxas de prefixadas	0,39 a.m.	-	746	5.090	386	-	6.222
Instrumentos a taxas de prefixadas - Fomento	2,13 a.m.	-	31.835	-	-	-	31.835
Instrumentos a taxas de prefixadas - Cessão de duplicatas	1,88 a.m.	-	115.585	-	-	-	115.585
Instrumentos a taxas de prefixadas - Conta garantida	1,47 a.m.	-	5.133	-	-	-	5.133
Instrumentos a taxas de prefixadas - Debêntures	1,81 a.m.	-	30.600	-	-	-	30.600
Instrumentos a taxas de prefixadas - Arrendamento Mercantil	1,33 a.m.	-	291	582	-	-	873
		-	228.479	41.019	24.014	-	293.512

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Instrumentos financeiros e riscos operacionais--Continuação

- a) Considerações sobre riscos--Continuação
 - v) Risco de liquidez--Continuação

Tabelas do risco de liquidez e juros--Continuação

	Taxa de juros			Consoli	idado		
	efetiva média	Menos de	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 a 5	Mais de	
	ponderada	1 mês	meses	a 1 ano	anos	5 anos	Total
31 de dezembro de 2019	<u></u>	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas e pré fixadas	1,37 a.m.	30.993	41.514	31.359	33.388	-	137.254
Instrumentos a taxas de prefixadas - Finame	0,37 a.m.	306	770	1.936	378	-	3.390
Instrumentos a taxas de prefixadas - Fomento	2,40 a.m.	13.770	-	-	-	-	13.770
Instrumentos a taxas de prefixadas - Cessão de duplicatas	1,83 a.m.	-	132.318	-	-	-	132.318
Instrumentos a taxas de prefixadas - Conta garantida	1,30 a.m.	5.338	-	-	-	-	5.338
Instrumentos a taxas de prefixadas - Debêntures	2,00 a.m.	-	-	13.374	42.350	-	55.724
Instrumentos a taxas de prefixadas - Arrendamento Mercantil	1,16 a.m.	24	70	187	140	-	421
		50.431	174.672	46.856	76.256	-	348.215
31 de dezembro de 2018	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	1,16 a.m.	-	44.290	35.348	23.627	-	103.265
Instrumentos a taxas de prefixadas	0,39 a.m.	-	975	5.779	424	-	7.178
Instrumentos a taxas de prefixadas - Fomento	2,13 a.m.	-	31.835	-	-	-	31.835
Instrumentos a taxas de prefixadas - Cessão de duplicatas	1,88 a.m.	-	115.585	-	-	-	115.585
Instrumentos a taxas de prefixadas - Conta garantida	1,47 a.m.	-	5.133	-	-	-	5.133
Instrumentos a taxas de prefixadas - Debêntures	1,81 a.m.	-	30.600	-	-	-	30.600
Instrumentos a taxas de prefixadas - Arrendamento Mercantil	1,33 a.m.	-	291	582	-	-	873
		-	228.708	41.709	24.051	-	294.468

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Instrumentos financeiros e riscos operacionais--Continuação

- a) Considerações sobre riscos--Continuação
 - v) Risco de liquidez--Continuação

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos indexados à taxa de juros (aplicações financeiras, não inclui caixa e bancos) da Controladora e do Consolidado. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez do Grupo, uma vez que ele é gerenciado com base em ativos e passivos líquidos.

	Taxa de juros	Controladora						
	efetiva média	Menos de 1	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 a 5	Mais de		
	ponderada	1 mês	meses	a 1 ano	anos	5 anos	Total	
31 de dezembro de 2019	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,07 a.a.	-	-	5.093	2.531	-	7.624	
	•	-	-	5.093	2.531	-	7.624	
31 de dezembro de 2018	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,07 a.a.	-	-	5.310	1.390	-	6.700	
atualizar		-	-	5.310	1.390	-	6.700	

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Instrumentos financeiros e riscos operacionais--Continuação

- a) Considerações sobre riscos--Continuação
 - v) Risco de liquidez--Continuação

	Taxa de juros	Consolidado						
	efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
31 de dezembro de 2019	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,07 a.a.	-	-	5.271	2.531	-	7.802	
	=	-	-	5.271	2.531	-	7.802	
31 de dezembro de 2018	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,07 a.a.	-	-	9.312	7.323	-	16.635	
	_	•	•	9.312	7.323	-	16.635	

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira das apuradas no final do exercício do relatório.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Instrumentos financeiros e riscos operacionais--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controlad	ora	Consolida	do
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	11.545	12.166	13.237	13.918
Aplicações financeiras compromissadas	7.624	6.700	7.802	16.635
Contas a Receber	175.842	152.338	175.981	152.833
Partes relacionadas	3.626	1.567	-	-
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado				
Contas a Pagar	122.931	152.384	123.822	152.505
Empréstimos e Financiamentos	320.150	293.512	320.188	294.468
Partes relacionadas	60.953	47.627	28.904	27.712

c) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto à oscilação do dólar norte-americano, todavia, em 31 de dezembro de 2019, não há valores materiais que possam gerar alguma oscilação significativa para a Companhia.

d) Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pósfixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% a.m. é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% a.m. mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o prejuízo do exercício em 31 de dezembro 2019 aumentaria em R\$6.224 (diminuiria o lucro em R\$5.370 em 31 de dezembro de 2018). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pósfixadas.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Instrumentos financeiros e riscos operacionais--Continuação

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar apresentada a seguir, a Administração adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para o Grupo;
- Um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados, dentro do esperado para o Grupo, e que é referenciada por fonte externa independente;
- Definição de dois cenários com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada:
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pelo Grupo.

Descrição	Risco	Deterioração 25% Deterioração 50%		
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	1.212	2.423	
Exposição líquida de juros		1.212	2.423	
Consolidado:				
Descrição	Risco	Deterioração 25% Deteri	oração 50%	
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	1.213	2.425	
Exposição líquida de juros		1.213	2.425	

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

30. Cobertura de seguros

O Grupo gerência seus riscos buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos do Grupo é de R\$1.238.648 (R\$1.238.648 em dezembro 2018), composta da seguinte forma: Prédios R\$137.818 (R\$137.818 em dezembro 2018); Máquinas e Móveis e Utensílios R\$532.922 (R\$532.922 em dezembro de 2018); Mercadorias e Matérias-Primas R\$54.626 (R\$54.626 em dezembro de 2018); Lucro Cessantes R\$513.282 (R\$513.282 em dezembro de 2018).

31. Responsabilidades e compromissos

Avais, fianças e garantias

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas têm dado como garantia, hipotecas (todos os graus), avais, penhor, caução e fianças no montante de R\$429.546, referentes a itens do ativo imobilizado oferecidos em garantia e participações societárias, fianças, avais e cauções. Estes foram dados como garantia de processos judiciais em andamento, contratos de fornecimentos de produtos, arrendamento mercantil e compromissos de empresas relacionadas. Além desses, foram dadas as seguintes garantias:

- Aplicação financeira junto ao Banco Rendimento, no montante de R\$3.321, com vencimento em 20/10/21, garantindo 30% do saldo devedor de capital de giro tomado junto a esse banco.
- Aplicação financeira junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$37, com vencimento em 12/04/2023, garantindo 5% do saldo devedor de capital de giro tomado junto a esse banco.
- Aplicação financeira junto ao Banco Paulista, no montante de R\$146, com vencimento em 20/02/2020, garantindo 40% do saldo devedor de capital de giro tomado junto a esse banco.
- Aplicação financeira junto ao Banco Paulista, no montante de R\$2.697, com vencimento em 17/11/2021, garantindo 20% do saldo devedor de capital de giro tomado junto a esse banco.
- Fiança Bancária para garantia de fornecimento de energia de pagamento firmado com o fornecedor Engie, adquirida junto ao banco Daycoval, no montante de R\$1.281, com vencimento em 07/04/2020.

As operações de fomento mercantil com a BS Factoring da Companhia estão garantidas por alienação fiduciária das marcas "Kalipto", "NO AR", Pinho Bril e Pinho Bril Plus, de propriedade de controlada, e por uma lista pré definida de estoque.

Os ativos imobilizados dados em garantia à execução fiscal referente Compra e Venda de Títulos (nota explicativa n° 21.3.c) aguardam deferimento de aceitação pelo juiz dos referidos processos.

Notas explicativas da Admininistração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

32. Eventos subsequentes

Em conexão com as demonstrações financeiras do exercício, a Administração implementou políticas e ações internas para responder a situação da pandemia do coronavírus – COVID 19, evento com reflexos em escala global.

Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, irá gerar impactos, em alguma extensão, nas operações da Companhia. Acreditamos que ainda não é possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la.

Para buscar mitigar os efeitos dessa calamidade em nossas operações, instituímos o Comitê de Crise formado pelos principais executivos, responsável pela função de monitoramento, análise de cenários e definição e implementação de medidas preventivas e de ocorrência (Planos de Contingência), tais como: protocolo para suspeitas e ocorrências, revisão das medidas de limpeza e procedimentos, cancelamento de eventos internos e viagens, suspensão de visitas de fornecedores, kits limpeza e triagem nas entradas, fechamento de áreas de convivência, incentivo a descanso em área externa, revisão de escala (entre turnos), foco na higienização de áreas críticas, intensificação de limpeza em outros ambientes, práticas de home office e reuniões remoto, suspensão de treinamentos, controle e monitoramento de casos suspeitos, antecipação de compras de fornecedores. Os objetivos são assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores, assim como garantir a continuidade de nossas operações. Até o momento, não identificamos impactos relevantes nas nossas operações.

Com relação as métricas de mensuração dos ativos e passivos, não identificamos até o momento situações ou alterações relevantes nas estimativas de recuperabilidade dos ativos, provisão para perdas de crédito, realização líquida dos estoques e dos tributos diferidos.

* *